



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 16 – SEXTA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i></p>		
<p>3º Secretário <i>Heráclito Fortes – PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º João Alberto Souza – PMDB – MA</i> <i>2º Serys Slhessarenko – PT – MT</i> <i>3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC</i> <i>4º Marcelo Crivella – PL – RJ</i></p>		
CORREGEDORIA PARLAMENTAR		PROCURADORIA PARLAMENTAR
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL)</p> <p>Líder <i>Tião Viana</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Antonio Cartos Valadares</i> <i>Magno Malta</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Roberto Saturnino</i> <i>Ana Júlia Carepa</i> <i>Flávio Arns</i> <i>Idelt Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i></p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Aloizio Mercadante</i></p> <p>Vice-Líder <i>João Capiberibe</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB - 20</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes</p> <p>LIDERANÇA DO PFL - 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 12</p> <p>Líder <i>Arthur Virgílio</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> <i>Lúcia Vânia</i> <i>Leonel Pavan</i></p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 4</p> <p>Líder <i>Jefferson Péres</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Almeida Lima</i> <i>Álvaro Dias (1)</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Mozarildo Cavalcanti</i></p> <p>Vice-Líder <i>Patricia Saboya Gomes</i></p>

(1) licenciado

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Sérgio Castro</i> Diretor da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 26. 02. 2003

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA COMUNICA ÀS SENHORAS E AOS SENHORES CONGRESSISTAS QUE ESTÁ CONVOCADA SESSÃO SOLENE CONJUNTA A REALIZAR-SE NO PRÓXIMO DIA 12 DE MARÇO, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, DESTINADA A COMEMORAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

CONGRESSO NACIONAL

1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 78, de 8 de novembro de 2002, que “autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 9 de março de 2003, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

02901

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

2 – ATA DA 11ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE MARÇO DE 2003

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2001 (nº 1.676/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

02902

Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem), que dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

02902

Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº

120, de 2001 (nº 3.704/97, na Casa de origem), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Sociólogos e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

02902

Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2001 (nº 2.233/99, na Casa de origem), que obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

02902

Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2002 (nº 659/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

02902

Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2002 (nº 943/99, na Casa de origem), que

proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

02902

Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2002 (nº 2.252/99, na Casa de origem), que institui o dia nacional da água. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

02902

Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2002 (nº 1.210/99, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. ...

02902

Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2002 (nº 4.169/2001, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Ormeo Junqueira Botelho" trecho da BR-120, no Estado de Minas Gerais. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

02902

Término do prazo ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2000, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que regulamenta o § 7º do art. 37 da Constituição Federal (estabelece requisitos e restrições aos ocupantes de cargo ou emprego da administração direta e indireta com acesso a informações privilegiadas), aprovado em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.....

02902

2.2.2 – Ofícios

Nº 40/2003, de 26 de fevereiro último, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Designação do Senador Ney Suassuna para compor, como suplente, a referida Comissão.....

02902

Nº 225/2003, de 27 de fevereiro último, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação do Deputado Rafael Guerra para integrar, como titular, a referida Comissão.

02903

2.2.3 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Precariedade das rodovias do Estado de Mato Grosso, causando prejuízos ao Estado devido à dificuldade de escoamento da produção. Críticas à morosidade, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –

INCRA, na desapropriação de terras cultiváveis destinadas aos trabalhadores sem terra.

02903

SENADOR PAULO PAIM – Elogios à decisão da editora Harbra e das autoras do livro "Banzo, Tronco e Senzala", que comunicaram a retirada do livro de circulação, por desvirtuar a figura do negro. Apresentação de projeto de lei do Senado, que torna obrigatório o controle de qualidade de livros didáticos para que não haja discriminações. Reafirmações de apoio ao salário-mínimo referente à cem dólares.

02906

SENADOR PEDRO SIMON – Participação de S. Exª em movimento católico carismático, que reuniu jovens durante todos os dias de Carnaval no ginásio de esportes de Brasília. Proposta para realização de um grande debate com vista a avaliar alternativas que possam afastar os jovens das drogas e da violência.

02909

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Considerações sobre o programa "Fome Zero" do Governo Federal.....

02912

SENADORA HELOÍSA HELENA – Apresentação de recurso da decisão tomada pelo Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, Senador Juvêncio da Fonseca, de não promover diligências sobre a denúncia de participação de Senador, em escutas telefônicas ilegais no Estado da Bahia.

02917

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Exaltações ao avanço da ciência e tecnologia no Estado de Tocantins, com referência à produção de alimentos orgânicos e de gado de corte orgânico, despertando interesse dos mercados interno e externo.

02920

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Leitura dos termos do despacho do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e do Presidente do Senado Federal, referente às escutas telefônicas no Estado da Bahia. Comentários à Medida Provisória nº 108, de 2003, que cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – Cartão Alimentação. Apoio aos esforços de paz do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.....

02924

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4– CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 78, de 8 de novembro de 2002, que “autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 9 de março de 2003, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 6 de março de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 11ª Sessão Não Deliberativa, Em 6 de março de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Siqueira Campos e da Sra. Serys Slhessarenko

(Inicia-se a sessão às 10 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2001 (nº 1.676/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências;

– Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem), que dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS;

– Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2001 (nº 3.704/97, na Casa de origem), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Sociólogos e dá outras providências;

– Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2001 (nº 2.233/99, na Casa de origem), que obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca;

– Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2002 (nº 659/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e dá outras providências;

– Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2002 (nº 943/99, na Casa de origem), que proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível;

– Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2002 (nº 2.252/99, na Casa de origem), que institui o dia nacional da água;

– Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2002 (nº 1.210/99, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária; e

– Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2002 (nº 4.169/2001, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ormeo Junqueira Botelho” trecho da BR-120, no Estado de Minas Gerais.

Não tendo recebido emendas, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2000, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que regulamenta o § 7º do art. 37 da Constituição Federal (estabelece requisitos e restrições aos ocupantes de cargo ou emprego da administração direta e indireta com acesso a informações privilegiadas).

Tendo sido aprovado em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa ofício que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 40/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, como membro suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — CCJ, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Renan Calheiros**
Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa o Senador Ney Suassuna para compor, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

OF.PSDB/I/Nº 225/2003

Brasília, 27 fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Sr. Deputado Rafael Guerra para integrar, como membro titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa o Sr. Deputado Rafael Guerra para integrar, como titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

V. Exª dispõe de até vinte minutos.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, pronunciei-me ontem, desta tribuna, sobre a questão das estradas no nosso Estado de Mato Grosso. Eu disse que hoje traria dados que mostram, realmente, que o nosso Mato Grosso é o maior produtor de soja do mundo.

Mato Grosso deve colher, em 2003, uma safra de 14 milhões de toneladas, contra 13 milhões do Estado de Iowa, nos Estados Unidos. É um estado cujas terras vão produzir, este ano, 3.174 quilos por hectare, batendo o seu próprio recorde de 3.020 quilos por hectare no ano passado.

Ontem, falei também sobre a produção de algodão do nosso Estado de Mato Grosso, como também da bovinocultura. Em Mato Grosso, temos o maior rebanho bovino do País, com 22,5 milhões de cabeças. Há pouco tempo, não havia lá produção de algodão, mas, hoje, segundo estimativas da Associação Mato-grossense de Produtores de Algodão, o nosso algodão deverá se consolidar no mercado internacio-

nal, com pelo menos 100 mil toneladas de pluma no ano de 2003. Tudo isso mostra a pujança do nosso Estado de Mato Grosso.

Por outro lado, temos um problema gravíssimo, que são as estradas. No Estado de Mato Grosso, a BR-163, a BR-070, a BR-364 e a BR-158, que cortam o nosso Estado, estão com pontos de estrangulamento, com trechos em estado de emergência – aliás, temos onze trechos em estado de emergência no Estado de Mato Grosso. E o arranca-safra está lá.

As carretas estão, em alguns locais, paradas por falta de condições de tráfego da malha viária. Não há como passar pelas estradas: ou por causa dos atoleiros, como em trechos da BR-158 intransitáveis pela lama, uma estrada federal que tem em torno de 400 quilômetros de terra, ou por trechos como os da BR-070 e da BR-163, onde o asfalto já deixou de existir. Há buracos e mais buracos que fazem com que ocorram acidentes diariamente, perdendo-se vidas e causando grandes prejuízos aos carros e carretas, enfim, ao que quer que transite pela rodovia, principalmente com a dificuldade de retirada da produção. A situação está muito difícil.

Na terça-feira de carnaval, passei mais de doze horas na BR-070, onde encontramos buracos tão grandes que era possível oito ou dez pessoas entrarem, e ainda sobrava espaço. É muito difícil de se fazer em um Estado, que é o maior produtor de soja do mundo, um arranca-safra onde não tenhamos as mínimas condições nas estradas, porque praticamente toda a nossa safra, seja de soja, de milho, de arroz, enfim, de qualquer produto, é transportada pelas rodovias, pelo menos até chegar ao Alto Taquari, onde se tem a ferrovia, que só atende a uma pequena parte do território mato-grossense, nas proximidades de Alto Taquari, e que, mesmo assim, precisa das rodovias para que os produtos cheguem para embarque na ferrovia.

Conversamos com o Ministro dos Transportes e soubemos que está saindo um recurso de emergência, de pouco valor, um tapa-buraco mesmo. Acredito que precisamos tratar a questão das estradas em Mato Grosso com determinação sob pena de, na próxima safra, termos quase todos seus trechos estrangulados. Sobre a BR-163 – já falei sobre o assunto –, é necessário que haja empenho, principalmente pelos Estados de Mato Grosso e do Pará, porque o grande problema para o escoamento da safra de Mato Grosso pelo Pará é situação da rodovia no Estado do Pará. É preciso um esforço conjunto de todas as Bancadas – diria – para que a BR 163 tenha continuidade no Pará. Em Mato Grosso, ela está quase pronta.

Faltam apenas 80 quilômetros para construir e também uns 300 quilômetros de trechos de emergência. Precisamos que ela tenha continuidade no Pará, porque ela é importantíssima no Mato Grosso, de boa qualidade, pronta e acabada.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a traz uma preocupação ao Plenário que tem sido constante de todos os Estados: a situação de extrema precariedade em que se encontram as rodovias brasileiras. Houve um tempo em que o País fez opção por rodovias, desdenhando da sua malha ferroviária e até extinguindo alguns ramais então existentes. Ora, se optamos pelas rodovias, deveríamos dedicar um esforço muito maior do que dedicamos hoje no sentido de construí-las bem e mantê-las permanentemente. Desafortunadamente, isso não tem acontecido no seu Estado, um Estado extraordinário, no meu, o Maranhão, enfim, em todos as Unidades da Federação brasileira. Hoje, as rodovias só estão perfeitamente trafegáveis nos Estados em que foi possível sua privatização. Onde não foi possível, o Governo não tem investido o suficiente. No meu entendimento, temos que nos dar conta de que cometemos um erro e devemos voltar ao acerto, que seria a reimplantação da malha ferroviária. Atualmente, a ferrovia mais importante que se desenha no País é a Norte-Sul, que já serve ao Maranhão e ao Pará, começa a servir ao Estado do Tocantins, do nosso Presidente Eduardo Siqueira Campos, e vai servir, seguramente, ao Estado de V. Ex^a, Mato Grosso. No instante em que essa ferrovia puder ligar Mato Grosso, Goiás e Tocantins ao Porto de São Luís — o melhor porto brasileiro, por sua profundidade, e o mais próximo do mercado consumidor internacional —, teremos condições de competir com os produtores de grãos de todo o mundo e de outros produtos de exportação no País. Estamos exportando algo em torno de US\$60 bilhões anuais e poderemos avançar para US\$70 bilhões, US\$100 bilhões rapidamente se essa ferrovia estiver funcionando, permitindo o transporte da soja de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Piauí e até mesmo a exportação de carne, que poderá vir de Mato Grosso. Portanto, espero que V. Ex^a associe-se à luta pela ferrovia, que servirá ao Brasil, como um todo, mas fundamentalmente ao seu Estado. Cumprimento V. Ex^a pelo seu discurso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Edison Lobão, já me associei à idéia

da ferrovia. Não vamos nos pronunciar hoje sobre isso porque temos outro tema para tratar, mas vamos juntar forças em prol dessa idéia, em que também acredito. Enquanto estamos lutando por ela, Senador, precisamos conservar as rodovias, cujo grande problema é a conservação. Há várias situações: de emergência, de conservação, de reconstrução e de construção. As rodovias do nosso Estado sofrem todas essas situações. A conservação de rodovias é muito cara, mas precisamos batalhar pelas existentes. Sabemos que houve desleixo total por parte dos governos anteriores. Existem rodovias no Estado de Mato Grosso há vinte anos sem conservação, o que deveria ser feito permanentemente, para se evitarem problemas. Quando abrir um buraco, faz-se o tapa-buraco. Mas, após vinte anos sem conservação, a rodovia está totalmente deteriorada; não sobra mais nada, a não ser acidentes, mortes e dificuldades no escoamento de produtos, para desespero total da região.

Aliás, nossa região do Estado de Mato Grosso está em situação de desespero. Estive com o Prefeito de Primavera do Leste, Sr. Érico Piana, com o Prefeito de Poxoréu e com o Superintendente do Denit no Estado de Mato Grosso, Sr. José da Silva Thiago, durante todo o domingo, na BR 070, onde se procedeu ao estudo técnico da restauração dessa estrada e a uma discussão política, que acredito seja muito importante para os municípios por onde passa a BR 070. Cito essa rodovia apenas como exemplo, porque há outras também que estão sendo vistoriadas. Estamos passando por todas elas para, in loco, verificar os problemas existentes e, a partir deles, otimizarmos os poucos recursos disponíveis. Além de o Governo atual ter encontrado em estado de calamidade as estradas federais, pelo menos as de Mato Grosso, encontrou cortes no Orçamento e outros problemas mais.

Ou seja, falando apenas em estradas, são grandes os problemas e pouquíssimos os recursos para a sua recuperação. Assim, o objetivo agora é verificar os problemas in loco e otimizar o uso dos poucos recursos de que dispomos para que elas se tornem ao menos trafegáveis. Contudo, isso resolveria a situação apenas emergencialmente. Daqui a um ano, nas próximas chuvas, o problema reaparecerá. Estamos a falar das estradas para o escoamento da produção, em especial do grande produtor, mas também do pequeno e do médio produtor. Seria a grande safra do Estado de Mato Grosso. E precisamos tratar da questão dos pequenos produtores, inclusive os que praticam a agricultura familiar, da qual também já tratamos algumas sessões atrás. Falamos da importância desse tipo de agricultura, mas também da necessidade

de não só nos restringirmos a ela. O produtor que pratica a agricultura familiar deve, com alguns produtos, também se dedicar à agricultura de mercado, pois só a subsistência não resolve. É necessário um grande programa nacional, que dê sustentação não somente à agricultura familiar, mas também ao agricultor, para que ele, que produz o sustento do dia-a-dia, tenha também a possibilidade de lançar alguns de seus produtos no mercado, por meio de cooperativas. Essa discussão também deve ser levada em conta.

Além disso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaríamos de tratar aqui de uma questão bastante complicada que está acontecendo praticamente em todo o Brasil: a dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. É dramática a situação desses companheiros, que lutam pela terra há muitos e muitos anos e não conseguem essa terra para nela sobreviver e dela tirar o seu sustento e de sua família com a dignidade de que são merecedores. Há problemas grandes e graves em Goiás, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, entre outros. Tal realidade coloca pobres contra pobres, miseráveis contra pobres, pobres contra remediados e assim sucessivamente. Isso é muito complexo e difícil. Obviamente, ninguém aqui está apoiando quebradeira, mas ela reflete o estado de desespero e de desesperança dessas populações. Essa é a razão dos casos que vêm acontecendo, principalmente nesses Estados já citados.

Em Mato Grosso, conheço bem de perto a situação, sei do que acontece lá. E, quanto ao Incra, que costumo chamar em Mato Grosso de "incravado", nada faz. Infelizmente, são necessárias mudanças rápidas no Incra de Mato Grosso, que está paralisado há praticamente um ano, pois a superintendência anterior não fez absolutamente nada. No segundo semestre do ano passado, praticamente nenhum processo saiu das gavetas do Incra. Completados dois meses de Governo, ainda não foi nomeado o novo superintendente, mas acreditamos que esteja para sair a nomeação a qualquer momento, para que realmente o Incra consiga mobilizar-se.

Cito um fato para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores fiquem atentos para essa questão em seus Estados. Em Mato Grosso, há pouco tempo, quatro fazendas totalmente impróprias para assentamento foram desapropriadas, principalmente por uma política muito comum em Mato Grosso. Embora não possamos de maneira alguma generalizar, pois há muitos fazendeiros sérios, há fazendeiros e corretores inescrupulosos e possivelmente – não estou fazendo essa afirmação – alguns funcionários do Incra que talvez possam estar agindo de má-fé no sentido de fazer com

que desapropriações de terras impróprias ocorressem com certa facilidade para grupos que realmente não tinham a vontade e a determinação de exigir terras de boa qualidade. Buscava-se a desapropriação de terras totalmente impróprias, que não renderiam nada, que não produziram nada, que não servem para a produção, principalmente para o pequeno produtor, que não têm as condições necessárias para a sua recuperação. O MST, um movimento extremamente sério, que jamais aceitará a desapropriação de uma fazenda em que a terra seja imprópria para o assentamento das famílias, não consegue as terras porque exige terras boas e a preço justo, porque não permite a corrupção, que, com certeza, não mais existirá no Governo Lula.

Quando me refiro a terras improdutivas, falo no sentido da produtividade para a desapropriação, de terras de boa qualidade e que não produzem nada, embora sejam ótimas. Há aquelas terras improdutivas por não serem de boa qualidade para a produção do pequeno agricultor rural. Em Mato Grosso, há terras boas de boa qualidade cuja desapropriação vem sendo buscada com dificuldade. Cito o nome de algumas terras desapropriáveis e de boa qualidade e que estão há três, cinco anos em processo de desapropriação. São elas Sul da Mata, em Tangará da Serra; São João, em Santo Afonso; a Barra Bonita, em Poxoréu; São Carlos do Jurique e Serra Formosa, em Pedra Preta; Flor da Prata, em Guiratinga*, Três Irmãos e Santa Maria, em Rio Branco. Trata-se de algumas fazendas que têm terras de boa qualidade, avaliadas como próprias para a reforma agrária, com preço de mercado para desapropriação, mas com processos de difícil conclusão.

Acreditamos que, com a nomeação do próximo superintendente do Incra, ocorrerá a agilidade devida, porque está realmente insuportável a situação dos acampados no nosso Estado de Mato Grosso. O complicador maior que encontramos em Mato Grosso deve-se especialmente à morosidade com que até há pouco tempo esses processos vinham sendo tratados, que fez com que atos muitas vezes indesejáveis ocorressem em vários Estados.

Precisamos de agilidade nos processos antigos, que estão prontos e que deverão desencadear uma conclusão com muita habilidade e rapidez, pois vemos a dificuldade de vida, a fome, o desespero e a desesperança dos nossos pequenos trabalhadores do meio rural que não são proprietários hoje, nem produtores – a grande maioria. Muitos aguardam à beira das estradas, em pequenos espaços de terra, geralmente concedidos por meio de comodato, e armam

seus barracos de lona, numa espera que parece quase eterna. Há famílias acampadas há três, quatro, cinco anos, aguardando processos que não avançam no Incra.

Acreditamos que, no Governo Lula, tão logo seja nomeado o novo superintendente no Estado de Mato Grosso, esses processos praticamente prontos tenham a possibilidade de desapropriação imediata, porque não dá mais para esperar. Para o pequeno produtor, que está buscando a terra, a reforma agrária é fundamental para o combate à fome. Terra regularizada e política agrícola claramente definida são fundamentais para o combate à fome dele e de seus familiares, assim como é fundamental a sua produção para o Projeto Fome Zero e para o combate à fome de milhões de brasileiros no campo e na cidade.

Infelizmente, meu tempo já acabou. Agradeço a sua benevolência, Sr. Presidente. Apelo para que realmente trabalhemos num esforço conjunto para atender as necessidades dos nossos sem-terra, sejam eles provenientes de movimentos independentes ou de movimentos da federação, em especial do MST, um movimento de que conhecemos a seriedade, formado por destemidos companheiros de luta e responsável pelo pouco que andou a reforma agrária no Brasil, graças a sua organização e determinação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim, que dispõe de até 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à Tribuna com alegria, no dia de hoje, para falar àqueles que duvidam da atividade parlamentar, que dizem que só fazemos discursos, mas que a prática está muito distante.

Mostrei na Tribuna desta Casa um livro chamado “Banzo, Tronco e Senzala”, que desfigura a nação negra, contando a história como se os negros fossem macacos ou mortos vivos. As ilustrações demonstram, e em parte do livro lemos, com destaque, que a culpa pela escravidão foi dos próprios negros, que traíam os negros, e não da política econômica da época, calcada principalmente na filosofia européia de escravidão dos negros.

Por que a minha alegria, Sr. Presidente, por que a minha alegria, Senador Edison Lobão, que está aqui, neste momento, acompanhando o debate?

Ontem, recebi, em meu gabinete, representante da Editora Harbra e as autoras do livro, a Srª Elzi Nas-

cimento e a Srª Elzita Melo Quinta. Não citei as autoras quando fiz a denúncia, mas o faço agora porque ambas tiveram a grandeza, ontem, de entender que, de fato, o livro é um equívoco.

A Editora Harbra comprometeu-se a recolher os milhares de livros em circulação no Brasil há quatro anos. Dirijo-me às autoras com um certo carinho e com todo o respeito, pois ambas disseram que, analisando em profundidade, inclusive com professores universitários que cuidam da questão da África e dos afro-brasileiros, reconheceram que o livro, de fato, foi um equívoco.

Sr. Presidente, errar é humano e reconhecer o erro é muito bonito. Portanto, presto este depoimento e elogio as autoras por terem se prontificado a fazer uma outra edição, que trarão a esta Casa e ao Ministério da Educação – pois também estive com o ex-Governador e hoje Ministro da Educação, Cristovam Buarque, que também se assustou com o teor e as gravuras do livro.

Sr. Presidente, a intenção da editora e das autoras é reproduzir o livro com o aval, inclusive, deste Senador. Não sou especialista na área e, é claro, não sou a pessoa indicada a dar esse aval. Vou remetê-lo a um conselho de professores, para que ele decida, efetivamente, que gravuras devem ilustrá-lo. Pedi a elas que as gravuras mostrem o negro como ele é, e não deformados, como se fossem mortos-vivos. Pedi-lhes que contassem a verdadeira história dos afro-brasileiros.

Em resumo, Sr. Presidente, quero dizer que estou feliz neste momento, pelo reconhecimento da editora e das autoras de que o livro foi realmente um equívoco. Elas mesmas estão providenciando para que ele seja apreendido rapidamente.

Senador Pedro Simon, estive com a Secretária de Educação e com o Governador Roriz, aqui em Brasília, ambos do PMDB, e sou obrigado a dar o testemunho de que, independente da questão político-partidária, das divergências existentes, eles entenderam que o livro deveria ser apreendido. Para nossa felicidade, a editora, as autoras e o Ministro Cristovam tiveram o mesmo entendimento, e o livro sai de circulação, inclusive da Internet, a partir deste fim de semana.

Por acontecimentos como esse, decidi encaminhar um projeto de lei à Casa que propõe que haja controle de qualidade de todo livro didático editado neste País.

E para justificar, cito o exemplo concreto de documento do Inmetro. O Inmetro, Sr. Presidente, faz pesquisa e análise de tudo o que é produzido no País,

e, por incrível que pareça, no caso do livro didático não há esse controle, a não ser no caso dos adotados pela rede pública. Quando se trata de livros adotados pela rede privada, não há controle.

O projeto que apresento à Casa, depois de consultar especialistas na área, estabelece que nenhum livro que discrimine negro, branco, índio, que discrimine por etnia, por raça, por origem, por religião, por idade, por gênero, Senadora Heloísa Helena, Senadora Serys, possa ser editado, publicado ou vendido neste País.

É interessante notar, Sr. Presidente, que a própria Editora Harbra sentiu que há necessidade de fiscalização adequada. Isso não é censura, mas é não permitir que, nas salas de aula, haja livros que preguem o nazismo ou façam apologia do contrabando – porque pode gerar emprego.

Estou extrapolando nos exemplos. Mas se até para vender animais há controle, se a carne tem controle de qualidade – temos selos de qualidade, selos de ouro, de prata e de bronze –, e até os hotéis têm estrelas, como é que o livro, que é o coração da nossa formação, ou da deformação, não tem nenhum tipo de controle? Qualquer um pode escrever um livro e colocá-lo na praça, e ele passará a ser vendido nas salas de aula!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a está se referindo, de modo especial, ao controle dos livros que vão para a sala de aula?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente, aos livros que vão para a sala de aula. A própria editora e as autoras chegaram ao entendimento positivo de que para ir para a sala de aula, o livro que vai ter papel didático deve ter um certo controle, ou acompanhamento, para que não haja deformação da história, como ocorreu com o livro Banzo, Tronco e Senzala, que, graças a Deus, está saindo de circulação.

Sr. Presidente, eu não ia falar hoje, mas outro dia, para aprofundar a questão do salário mínimo. Mas venho recebendo uma série de provocações – que acho positivas; isso é bom – da imprensa e por e-mail sobre a minha posição em relação ao salário mínimo.

Na contracapa do Jornal do Brasil, neste fim de semana, saiu uma nota de dólar com a minha fotografia no centro. Eu gostei; a foto é boa. E perguntam: “Afim, US\$100 são R\$350 ou R\$240?” Recebi também um e-mail do articulista Augusto Nunes, que, no fundo, faz a mesma pergunta.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que estou no Congres-

so Nacional há 16 anos e há quase um mês especificamente no Senado. Não mudei uma vírgula nas minhas posições. O projeto que a Câmara tem, de minha autoria, garante o salário mínimo de US\$100.

O que houve foi um acordo, na Comissão de Orçamento, para que o salário mínimo não ultrapassasse a linha dos R\$250, ficando entre R\$240 e R\$250. Não faço parte da Comissão de Orçamento, conseqüentemente não fui nem consultado sobre o acordo. Sou Relator do projeto de salário mínimo na Câmara dos Deputados. É só consultarem o relatório e verão que os R\$250 eram para o dia 1º de maio do ano passado. E se aplicarem o IGP-DI, mais os R\$0,20 de reajuste para a hora, o salário mínimo, em 1º de maio deste ano, seria o correspondente a US\$100.

O primeiro projeto que apresento nesta Casa é exatamente o correspondente a US\$100. Então, a imprensa é livre, mas eu não autorizo ninguém a dizer nada. E não é crítica à imprensa, mas essa provocação dá espaço para que eu responda da tribuna, inclusive, já que no Senado tenho essa liberdade.

Continuo defendendo o salário mínimo de US\$100. Para aqueles que dizem que essa é uma proposta sonhadora do Paim, lembro que, no Governo Fernando Henrique – e podem ver que não tenho problema algum em falar de PMDB, PFL, PDT ou PL, seja de quem for –, aprovei os US\$100 em 1992, em 1995 e em 1998. É claro que não é só o Paim que conseguiu isso. Esse trabalho foi feito em parceria com todos os Parlamentares e Partidos da Casa. Aprovamos 147%; aprovamos 42% de reajuste.

E mais, Sr. Presidente: apresentamos na Câmara dos Deputados mais de 700 projetos, nas mais variadas áreas. Por isso, ontem, eu falava aqui em estatuto do idoso, em igualdade racial, em portador de deficiência física. Mas enfatizo a nossa meta, Sr. Presidente, que é a de um dia este País cumprir, inclusive, o que diz a Constituição. Mas ninguém vai querer que, em dois meses de Governo Lula – como V. Ex^a, Senador Pedro Simon, disse muito bem –, consigamos aprovar aqui exatamente o que considero o ideal. Eu lembrava que, no Governo anterior, somente em três anos, em um período de oito anos de mandato, atingiram-se os US\$100.

É o primeiro ano do Governo Lula! Posso não alcançar os US\$100 neste ano, mas ninguém vai me proibir de continuar a perseguir essa meta. Caso não atinja este ano, posso alcançá-la no ano que vem. E eu já dizia da tribuna e digo novamente: não tenham dúvida de que, chegando aos US\$100, vamos perseguir os US\$150. Isso é natural; é assim a vida. E, che-

gando-se aos US\$150, em outro momento, vamos perseguir, sim, os US\$200. Devemos ter o objetivo de que, um dia, neste País, o trabalhador e sua família possam viver com dignidade.

Estou muito tranquilo, Sr. Presidente. Já pedimos à Casa uma sessão de homenagem para o dia 1º de maio, em que vamos trazer aqui as centrais sindicais, as confederações, as entidades de aposentados e de pensionistas. Defendo que o mesmo percentual dado ao salário mínimo seja estendido ao salário dos aposentados e pensionistas, o qual está com uma perda acumulada em relação aos últimos oito anos de quase 50%. Nem falarei aqui do servidor público, cujo salário acumula uma perda, até o momento, de mais de 80%, e a previsão é a de que esse percentual chegará a 122% em abril e maio.

Se existe uma perda acumulada de quase uma década, não sou maluco e nem vou me pautar por um ou outro articulista no sentido de querer que o Governo Lula, do dia para a noite, reponha os 122% ou reponha, como eu dizia, 70% ou 80% no caso de outras categorias. Penso, sim, que o Governo Lula tem a obrigação – e, para mim, caminha nesse sentido – de dialogar com os servidores públicos, construindo uma proposta de recuperação das perdas salariais. E é na mesma linha que vejo o salário mínimo.

Digo mais, Sr. Presidente: não há um país no continente americano que pague um salário mínimo menor que US\$110. Repito: não há um país que pague um salário mínimo menor que US\$110. Espero, Sr. Presidente, que, no Governo Lula, alcancemos esse objetivo. E, respondendo àqueles que perguntam qual é a forma mágica de atingir os US\$100, explico: é só aplicarmos o IGP-DI – Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, que, durante um longo período, foi a referência para recuperar a inflação, a perda do salário mínimo na forma do alto índice, e proporcionarmos um aumento real de R\$0,20 a hora, uma vez por ano, que corresponde a R\$44,00. Com isso, estaremos construindo a proposta de US\$100.

Não existe mágica. Deve haver um amplo debate nesta Casa e, naturalmente, com o Executivo, nos espaços da própria Previdência, para que o aposentado tenha também esse mesmo direito.

Vou mais além, Sr. Presidente. Ao apresentarmos o projeto do salário mínimo, aqui, no Senado – e já deve estar na Comissão de Assuntos Sociais –, deixamos muito claro que, neste País, ao contrário do que alguns dizem, não são 10 milhões, 20 milhões, nem 30 milhões, mas cerca de 100 milhões de pessoas dependentes do salário mínimo. E não é que essas pessoas ganhem o salário mínimo. Quando eu apresentava esse

dado na Câmara, muitas vezes, achavam que eu estava faltando com a verdade. Esta é exatamente a verdade: 54 milhões de pessoas no Brasil percebem até meio salário mínimo. Digo “até”, o que não significa que ganham meio salário mínimo. Há 100 milhões de pessoas que percebem na faixa de 0 a 1 salário mínimo. Não é pouca gente, Sr. Presidente.

Quando falo no assunto, muitas pessoas dizem que só me preocupo com quem ganha um salário mínimo. Não é assim, está totalmente errado quem pensa dessa forma. O salário mínimo repercute diretamente sobre a vida de 22 milhões de aposentados e pensionistas, sobre o seguro-desemprego, sobre o salário-família, sobre o plano de cargos e salários das empresas, sobre o piso regional dos Estados, sobre o piso das categorias. O salário mínimo, Senador Pedro Simon, envolve, no mínimo, 150 milhões de brasileiros.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte a V. Exª, com muito orgulho.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Preocupar-se só com o salário mínimo já é algo muito grande, e V. Exª já estaria cumprindo com louvor o seu dever. Se este Congresso se preocupasse só com o salário mínimo já estaria fazendo algo grandioso. O patamar sobre o qual o Brasil seria construído seria completamente diferente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, agradeço-lhe a oportunidade de responder ao meu amigo Augusto Nunes, que fez uma provocação positiva, afirmando que eu me preocupo muito, muito, muito com o salário mínimo. O meu amigo Augusto Nunes – e quero referir-me a ele dessa forma – não conhece a nossa trajetória e a nossa opinião sobre todos os temas que a Casa debate. Mas creio, no entanto, que ele se lembra, porque ouvi uma crítica sua, também, sobre o episódio da CLT. Fiz um gesto ousado, na tribuna da Câmara, porque não aceitei que, acima da própria lei, estivesse o negociado entre as partes. No Brasil, entre a população economicamente ativa de 60 milhões de pessoas, somente 24 milhões têm carteira assinada. Infelizmente, o Brasil é considerado o país que possui o maior número de trabalhadores em regime de escravidão. Como é que vamos dizer que a lei não vale mais? Então, fiz aquele gesto que repeti aqui em um certo momento, repeti sua simbologia: desloquei uma folha da CLT e da Constituição, para dizer que aprovar aquele projeto significaria o fim do direito dos trabalhadores.

Estou muito tranquilo, Sr. Presidente, ao fazer esta pequena exposição. Quero voltar, um outro dia, para aprofundar o debate sobre a questão do salário, da renda e do emprego. Teremos que fazer a diferença entre os três temas, com a profundidade que exigem. Muitos pensam que aumentar o salário mínimo significa desemprego. Ao contrário, todos os estudos demonstram que, quando se aumenta o salário mínimo, aumenta-se o número de pessoas que assumem novos postos de trabalho. O desemprego é um tema que preocupa todos. Por isso, há projetos nesse sentido, e vamos aprofundá-los no momento adequado.

Quero deixar tudo bem claro, Sr. Presidente. Para os que têm dúvidas, sugiro que acessem a minha página na Internet. Vão encontrar lá cerca de 700 projetos. Nem todos são projetos: há requerimentos, projetos, indagações que encaminhei ao Executivo etc. Verão, com certeza absoluta, que não mudei uma vírgula com relação às posições que eu tinha na época em que era Deputado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, do Estado do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, parece que começa o ano no Brasil. Para nós, para os colégios, para muita gente, o ano se inicia agora. Alguns mais contentes, outros mais tristes. O pessoal da Mangueira achando que houve garfada, o pessoal da Beija-Flor achando que o resultado foi justo. Gostei de ver a Beija-Flor ganhar com um roteiro que mostrava o problema da fome, da miséria no Brasil, inclusive com a figura do Lula num dos carros, o que não deixa de ser uma atitude simpática para com o Presidente.

Falo sobre isso aqui porque nesse carnaval as pessoas se dividiram em várias atividades. O carnaval de Brasília parece que foi um fracasso total, à exceção do célebre bloco Pacotão, com suas famosas críticas de sempre. Já foram melhores. Lembro-me de que, na época em que eu passava o carnaval aqui durante a ditadura, as críticas eram sensacionais.

Eu, como muitos, aproveitei o carnaval para fazer uma meditação. Fui a um retiro no Ginásio de Esportes promovido por um grupo carismático, em que um padre jovem, há quatro anos apenas saído do seminário, fez a sua pregação. Chamou-me a aten-

ção, em primeiro lugar, que nos quatro dias de carnaval milhares de jovens estivessem ali, das 7h às 19h; e também o debate, a discussão e a participação desses jovens, buscando conhecimento. Informavam-me que, em Brasília, nesse carnaval, em todas as religiões, foi incontável o número de jovens e de pessoas de mais idade que se reuniram para meditar, debater, raciocinar e buscar aprofundar-se em torno do caminho que devem seguir neste ano.

Não nego que me emocionei muito.

Passamos o ano inteiro lendo manchetes sobre a mocidade brasileira, envolvendo droga, álcool, violência, assalto. No entanto, acompanhei o noticiário desse carnaval e não vi nenhuma notícia sobre essas reuniões realizadas em Brasília, apenas notícias que se repetem permanentemente: o jovem que morreu, o jovem que matou, o jovem que estava drogado, o jovem que não sei mais o quê. É importante que, nesta análise, entendamos que nossa mocidade está enfrentando o desafio dos dias modernos. E, na minha opinião, o primeiro desafio é enfrentar a televisão, que é a maior escola de orientação para a violência, para o crime, para a irresponsabilidade. As novelas são uma escola de irresponsabilidade. Esses jovens não têm, praticamente em nenhum lugar, uma palavra de estímulo, de orientação, um debate aprofundado em torno do que é e do que deve ser. Fiquei ali boquiaberto ao ver 25 mil jovens, das 7h às 19h, domingo, segunda-feira e terça-feira, com a ansiedade e a preocupação de conhecer, de olhos arregalados, assistindo e querendo aprofundar seus conhecimentos.

Tenho dito e insistido que temos que nos preocupar com a gente brasileira e temos a obrigação de nos preocupar com as formas pelas quais conseguimos traçar os caminhos da mocidade brasileira. Se conseguíssemos, efetivamente, abrir as portas para que a mocidade tivesse onde encontrar a orientação permanente, constante e necessária para sua formação, onde ela tivesse condições de conhecer, ver e escolher, não tenho dúvida de que essa mocidade teria grandes oportunidades de preencher sua missão. Mas o que enxergamos aqui em Brasília? Se eu não tivesse me informado de que estaria havendo aquele rebanhão e não tivesse ficado, como fiquei, em Brasília, não teria nem tido conhecimento desse encontro. Pergunto-me: o que podemos fazer com a nossa mocidade?

Nosso querido e um dos melhores e mais respeitáveis Senadores da história desta Casa, Senador Jefferson Péres, outro dia apresentava para debate a proposta de que devemos regulamentar o uso da droga. Argumenta S. Ex^a que a droga é praticamente in-

controlável e que sua proibição está determinando o surgimento das quadrilhas de venda de drogas, que se formam exatamente por ser crime essa prática. O combate ao uso da droga determina o aparecimento das quadrilhas que vendem a droga, que pegam as crianças para entregá-la e que levam a corrupção à Polícia, ao Poder Judiciário e à vida pública brasileira. Segundo S. Ex^a, deveríamos nos fazer a seguinte pergunta: regulamentar o uso da droga pode trazer como consequência o aumento do seu uso? Mas a liberação do uso da droga não diminuiria enormemente a corrupção? Essas quadrilhas desapareceriam, porque, não sendo proibida a droga, elas não terão como usar dinheiro para comprar e para facilitar o tráfico.

Em casa, quando assisti pela televisão o pronunciamento do Senador Jefferson Péres, admirei-me da sua coragem e gelei por dentro, porque a minha primeira impressão foi de angústia: será que, no Brasil, chegamos ao limite em que não temos mais como controlar a droga, tendo de partir para a sua liberação? E pergunto: será que o Brasil esgotou realmente, meu querido Senador Jefferson Péres, as fórmulas pelas quais ele pode orientar a nossa mocidade para que saia das drogas? Será que os métodos que empregamos são ineficazes? Será que as fórmulas com que lidamos com a mocidade diminuem a capacidade, a perspectiva, a inteligência do jovem? Não lhe oferecemos a chance de um debate mais profundo, sério e responsável. Quais as oportunidades que o jovem tem de se preparar, a fim de exercer sua cidadania?

Nós sabemos que há muito tempo as escolas do Brasil são grandes instituições que ensinam o á-bê-cê, o Português, a Matemática, enfim, que preparam para o vestibular. Atualmente escola que faz isso já é uma grande escola. Em se tratando de educar, posso dizer que há muito tempo, como regra geral, a escola não tem essa preocupação. Há muito não existe aquilo que era do meu tempo de mocidade: a professora que dava orientação. Naquela época se conhecia o jovem pela escola a que ele pertencia. Eu sou de um tempo, no Rio Grande do Sul, em que, ao olharmos para um jovem, sabíamos em que colégio ele estudava. Se fosse todo certinho, cabelinho cortado, todo direitinho, estudava no colégio jesuíta, o Anchieta; se fosse mais simples, normal, tranquilo, estudava no Rosário – colégio marista; se àquela altura, há mais de cinquenta anos, ele usasse cores berrantes, o que era incompreensível, estudava no colégio americano, que era IPA; se, em uma reunião ou em qualquer lugar que estivesse, batesse na mesa ou dissesse: “porque os nossos direitos...”, estudava

no Colégio Estadual Júlio de Castilho. Era tal a formação, era tal a maneira de educar as crianças e os jovens que eles se compenetravam daquilo.

Hoje, quem pode dizer que há um colégio que ofereça formação? Não estou desmerecendo as escolas. Meu filho estuda no Mackenzie, que proporciona aos alunos boa formação. Acho que ele tem condições de buscar a verdade, mas o colégio está muito longe daquilo que deve ser, infinitamente longe daquilo que poderia ser.

Fiquei emocionado quando vi, naquele ginásio de esportes superlotado, aqueles jovens de classe média baixa, pessoas simples – não eram fanatizados ou apaixonados, o que também não é muito bom –, buscando a verdade e a salvação em Deus ou coisa que o valha. Eram pessoas que debatiam com racionalidade. Apresentavam argumentos lógicos, racionais, para mostrar como deve ser, como é e como poderia ser. Naquela ocasião, aprendi muito como pai. Ali aprendi muito como cidadão. Ali aprendi muito como político e me perguntei: por que três dias para aqueles jovens refletirem? Por que não temos formação nesse sentido, por que não debatemos essas matérias?

Nota dez para o Dr. Cristovam Buarque, Ministro da Educação, que pode debater essa questão com a profundidade que ela merece! Está aí um grande debate que podemos fazer com a nossa gente, com a nossa mocidade. Já contei uma vez e repito – que, lá em Porto Alegre, eu tinha um grande amigo que era diretor de redação de um jornal. Certa vez, ao visitá-lo, lamentei porque as manchetes do jornal dele eram sempre negativas: morreu, matou... Perguntei-lhe: por que você não coloca manchete positiva, mostrando as coisas boas que acontecem? Ele respondeu: “É da natureza humana. As manchetes que dizem as coisas erradas são as que chamam a atenção, porque a manchete positiva é natural. Eu não vou dizer: o fulano está trabalhando direito, o fulano está fazendo direito. Isso é o natural”. Ele me disse ainda: “Por exemplo, você vem aqui, fala comigo e vai embora. Não tem manchete nenhuma, não tem notícia nenhuma. Você quer ser capa do meu jornal? Quando sair daqui, vá à rua e morde um cachorro. Eu vou colocar na capa do meu jornal que você mordeu um cachorro. Se o contrário acontecer, se um cachorro te morder, eu não vou colocar em lugar nenhum porque não acontece nada”. Diante desse contexto, que é uma verdade, que não se coloca na imprensa, não debatemos, não discutimos os fatos positivos e reais, não encaminhamos a perspectiva que uma sociedade pode ter no sentido de buscar o seu horizonte.

Acho que valeria muito a pena que a Comissão de Educação desta Casa, que o Ministério de Educação e outros órgãos se ocupassem dessa matéria.

Durante dois anos eu presidi uma subcomissão que tratou da televisão. Foi um longo debate. Trouxemos aqui as pessoas mais ilustres e mais importantes da televisão brasileira. Houve um boicote total, nenhuma televisão, nenhum jornal, ninguém publicou nada sobre aquela comissão. Foi como se ela nunca tivesse existido. Apenas apareceu o documento final que nós publicamos.

Lá nós perguntávamos muitas coisas. Uma das poucas consequências positivas da nossa Comissão foi o fato de a TV Globo voltar a apresentar o programa Sítio do Pica Pau Amarelo. Indagávamos por que ele tinha desaparecido, e o responsável respondeu que a concorrente, no mesmo horário do Sítio do Pica Pau Amarelo, exibia uma série de desenhos animados apresentados por uma loira bonita com as pernas de fora e que a audiência quase chegou a zero, enquanto a do concorrente subira. Além disso, um programa como o Sítio do Pica Pau Amarelo é praticamente mais caro que um capítulo de novela, mas colocaram o programa no ar novamente.

Tenho um projeto de lei que propõe o seguinte: cada estação de televisão deve, no horário nobre, uma vez por semana, apresentar um programa de uma hora que proporcione formação à nossa sociedade, à nossa mocidade. A emissora pode escolher o programa que quiser; não há imposição. O horário desse programa de formação seria entre 19 horas e 23 horas e deveria ter a qualificação necessária para que a nossa gente, a nossa família, tivesse algo com que aprender. O projeto está aí. Com a antipatia geral da televisão, acredito que dificilmente será aprovado.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Excelência.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Esta é uma Casa que muitas vezes se entrega a grandes debates nacionais, ora de natureza política, ora de natureza econômica, às vezes de natureza social. Sempre que isso acontece, Senador Pedro Simon, eu me viro para trás para ver se vejo V. Exª. Nos dias atuais, eu não entenderia o Senado sem a presença de V. Exª, Senador pelo Rio Grande do Sul, figura que todos admiramos, prezamos, gostamos. Estamos saindo do período de carnaval, e V. Exª nos dá notícia de que durante esse mesmo período esteve recolhido num retiro. Que coisa admirável! Durante toda a história da

humanidade foi o império romano o mais poderoso, mas ele começou a ruir quando a corrupção, a traição, a desordem, a devassidão, o descaso, a religião surgiram de maneira destemperada. Parece, Senador Pedro Simon, que estamos vivendo momentos semelhantes, não apenas no Brasil, mas no mundo. As drogas são hoje a máquina propulsora desses desvios. E vai V. Exª para um retiro para meditar junto com outras pessoas. Vejo o esforço gigantesco do aparelho policial em todos os Estados brasileiros tentando conter a desordem e as drogas, mas não consegue. Eu cheguei à conclusão, creio que tanto quanto V. Exª, que só há um caminho, o caminho da fé. V. Exª é franciscano, eu sei, eu sou cristão, mas estou absolutamente persuadido disto: ou se dá alguma atenção aos ensinamentos da Igreja, seja ela qual for, ao evangelho de Cristo, ou estamos definitivamente perdidos. Não há aparelho policial que consiga conter esses descabros que avassalam o mundo hoje. A palavra que V. Exª nos traz depois desse retiro é quase uma palavra de conforto, mas é, sobretudo, uma luz, um caminho que poderíamos trilhar. Se pudéssemos meditar em tudo o quanto V. Exª meditou nesse retiro durante dias, quem sabe encontraríamos essa vereda. Prossiga, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço emocionado as palavras de V. Exª, apenas lembrando que todas as vezes que nos reunimos para esse debate são reuniões com pouca gente, e V. Exª é sempre um dos que está presente e um dos que está debatendo, ocupando a tribuna como agora, para expor brilhantemente o seu pensamento.

Mas V. Exª levantou um assunto que me obriga a mudar um pouco a análise que eu vinha fazendo, para confirmar o seu pensamento. Estive numa reunião de psiquiatras especializados em orientar jovens que combatem a droga. E eles me falaram: “Nós, no mundo, hoje, reconhecemos que fracassamos. Estamos fracassando no combate às drogas. Um jovem viciado em droga, podemos recolhê-lo num instituto, num hospital especializado, para ele ficar lá um mês ou dois, melhorar e depois voltar. Não encontramos ainda a fórmula”.

Parece mentira, mas os únicos jovens que conhecemos que vencem a droga são os que procuram a religião. Essas instituições aqui em Brasília têm retiros onde eles ficam até nove meses num regime impressionantemente positivo – um regime de caserna: levantam de manhã cedo, arrumam a cama, ajudam a fazer sua comida, meditam, debatem, estudam e rezam. Desses jovens, cerca de 30%, 40% abandonam a droga. É verdade que as drogas químicas, os medi-

camentos estão realmente tendo um espaço positivo no caso de jovens que são levados à droga por problemas de ordem psíquica, porque têm uma depressão. Hoje existem substâncias, medicamentos especiais que estão realmente fazendo uma revolução. Mas até nesse sentido seria bom o nosso querido e distinto Senador Jefferson Péres analisar esse ângulo para verificar que não dá para dizer que a droga é incontrollável. Não estou dizendo que não se oficialize. Talvez até oficializando – sob um ângulo S. Ex^a tem razão – desapareça um lado enorme do crime, desapareça o lado de usarem crianças de dez, quinze anos para fazerem a entrega, desapareça o tráfico da droga, da corrupção, do armamento e tantos outros crimes.

Digo com profunda convicção que, se cada um de nós pegássemos um exemplo e verificássemos as entidades que estão preocupadas em encontrar um caminho para os jovens, e se esses jovens tivessem uma chance de ter uma continuidade, se, no colégio, ao lado da aula, fora do horário regular, houvesse um horário em que os pais e alunos debatessem, discutissem e se aprofundassem sobre essa matéria, se tivéssemos a chance de as emissoras de rádio e televisão brasileiras terem a responsabilidade com essa questão, meu querido Senador Edison Lobão, estaríamos no caminho certo. Tenho dito o seguinte: Não vejo chance alguma de o Brasil atravessar a crise moral e ética, a crise de formação, a crise de combate à corrupção, a crise da sociedade brasileira; não vejo chance alguma, se o Governo não conseguir trazer ao debate as estações de rádio e televisão. Não por meio do Programa A Voz do Brasil, que é obrigatório, mas de programas em que as pessoas estejam convencidas de que podem participar dessa questão. Como vamos ter a chance de orientar uma formação, lá no interior da Amazônia, onde, para se chegar, são dois dias por terra mais dois dias de barco? Lá chega a televisão. Lá se pode orientar e determinar por meio da televisão, nunca apenas por meio da sala de aula.

Sr. Presidente, se houvesse uma determinação e se pudéssemos buscar na televisão brasileira esse tipo de formação e de participação em programas criativos em que todas as estações de televisão fossem obrigadas, não só algumas, e fazer a seleção de qual seria o melhor, estaríamos numa grande caminhada! Vejo isso com muita emoção e muita alegria! Se este Congresso que se está iniciando com um grupo de parlamentares jovens, mulheres e homens brilhantes que chegaram aqui, com uma convicção e vontade de acertar e de buscar caminhos, se esse grupo das dez mulheres que formam o lado mais superior e nobre

deste Senado, ao lado de debater os problemas femininos, que são importantes, debatessem os problemas da mocidade e de sua formação, seguissem essa linha de pensamento, penso que estaríamos no caminho certo. Era isso, Sr. Presidente! Era isso que tinha a obrigação de dizer, porque sei que no Brasil inteiro milhares de reuniões iguais a essa foram feitas, das religiões as mais diferentes, dos grupos os mais variados. Milhões de jovens estiveram fora da droga, fora do arbítrio, fora da violência, fora dos caminhos onde os carros matam, e estiveram no caminho da paz e do bem. E eu me sinto feliz em externar que foram dias onde muitos jovens encontraram o caminho da verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, do Estado do Pará. V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento a respeito de um programa tão importante como o Fome Zero, gostaria de agradecer as palavras do Senador Pedro Simon em relação às mulheres e dizer a S. Ex^a que é bem de acordo com o momento que estamos vivendo. Daqui a dois dias, comemora-se o Dia Internacional da Mulher, na verdade, o dia internacional da luta da mulher. O mundo inteiro sabe por que o dia 8 de março foi considerado o Dia Internacional da Mulher. Realmente, é cada vez maior a participação das mulheres não só no dia-a-dia deste País, mas na discussão e nas propostas de solução para os problemas e para o destino do Brasil, haja vista o crescimento de 100% do número de Senadoras. Várias Senadoras são as primeiras de seus Estados, como eu, as Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e outras.

Então, eu gostaria de agradecer as palavras de V. Ex^a, Senador Pedro Simon, e dizer que nos preocupamos muito com o problema da juventude. Quero até elogiar a imprensa do meu Estado, porque divulgou, esses dias, o que os católicos carismáticos realizam por todo o Brasil, assim como os evangélicos; são todos cristãos.

Desejo falar sobre um programa importante, que foi considerado prioridade de governo pelo Poder Executivo. Trata-se de um amplo, sério e consistente programa para pôr fim à fome no Brasil e que está sendo saudado como um importante marco histórico para o País. Representantes de organismos internaci-

onais se vêm pronunciando a seu respeito como relevante referência para todas as nações que convivem com esse danoso e problemático drama social.

O programa tem sido elaborado com ampla “participação de representantes de ONGs, institutos de pesquisa, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais – inclusive da Igreja – e especialistas ligados à questão da segurança alimentar de todo o Brasil”. Mas, nem por isso, têm faltado críticas ao programa Fome Zero. A formulação de críticas é, em princípio, necessária e bem-vinda, até porque do debate surgem as melhores idéias. É um rico e importante momento em que as propostas do Fome Zero estão sendo expostas, discutidas e avaliadas pela chamada sociedade civil, da qual se espera, aliás, não só uma colaboração crítica, mas um efetivo engajamento nesse grande projeto de transformação social do País.

Deve ser salientado, entretanto, que muitas dessas críticas são injustas e até improdutivas, quer pelo desconhecimento do programa, quer pelo infensável desinteresse em que os objetivos do programa sejam realmente alcançados.

Alega-se, por exemplo, que o programa foi concebido com objetivos de “puro marketing político”. Um jornalista chegou a insinuar que o Presidente Lula o adotou depois de eleito, por sugestão do responsável pelo setor de comunicação da sua vitoriosa campanha, na falta – ele supõe – de qualquer proposta social consistente.

Já lembrei aqui, Sr. Presidente, que o programa Fome Zero foi elaborado com base em um amplo processo participativo, suprapartidário, e divulgado ao público, em outubro de 2001 – o início de uma proposta concreta, mas fruto de um debate com ampla participação da sociedade. Esse processo durou cerca de um ano e, na época, foi empreendido pelo Instituto da Cidadania, que tinha como um de seus coordenadores, até então, o cidadão Luiz Inácio Lula da Silva.

Além disso, a priorização desse problema, no bojo de um amplo combate às desigualdades sociais no Brasil, corresponde a uma das preocupações nucleares do PT. O Partido, que surgiu diretamente das lutas e da mobilização da classe trabalhadora, mantém bem vivos, apesar de todos os processos de mudança inevitáveis pelos quais tem passado, os vínculos com sua origem político-social e com seu projeto de profunda transformação da sociedade injusta em que vivemos.

Também, parecem-me pouco construtivas as críticas que se concentram no questionamento do número de famintos no País e do conceito que melhor

define esse terrível problema que afeta o nosso povo: se é a fome, a desnutrição, a subnutrição, ou, afinal, a má alimentação. Essas definições podem ser importantes para uma discussão acadêmica do assunto, mas, do modo como vêm sendo colocadas, mostram um propósito de arrefecer, talvez, o apoio e a possibilidade de mobilização da sociedade em torno de uma questão tão crucial para o País. Aliás, como o Senador Pedro Simon, reafirmo a importância de uma escola de samba, como a Beija-Flor, colocar como seu tema fundamental “aqueles que produzem a guerra também podem fazer a paz”, porque, assim como a fome é consequência do problema da má distribuição de renda, também a violência é mais um subproduto dele, aliás, muito caro para milhares e milhares no País.

Quando Josué de Castro, médico, sociólogo pernambucano, publicou seu livro revolucionário *Geografia da Fome*, em 1946, chamando a atenção de todos para o problema, muitas foram as pressões para que suprimisse a palavra “maldita”, indigesta para as classes dominantes brasileiras. Se a fome se relaciona, basicamente, à deficiência energética, levando, necessariamente, quando prolongada, à desnutrição, há casos de desnutrição que não são relacionados com a fome, mas que correspondem à deficiência específica de certos nutrientes, necessários na alimentação de um ser humano, para que se torne produtivo.

A fome é um fato social, criado por uma sociedade estruturalmente desigual e injusta, mais ligado a fatores da política econômica do que da biologia clínica. A fome não é só uma consequência da desigualdade, mas também uma causa da sua perpetuação, minando a dignidade e a capacidade de trabalho dos que dela padecem, gerando carências alimentares que prejudicam a formação física e intelectual de nossas crianças, desde a fase pré-natal.

Não há consenso sobre o número de famintos em nosso País. Tudo depende das medidas e critérios utilizados para definir quem compõe esse contingente.

O programa Fome Zero optou por seguir a tendência predominante das pesquisas, que relaciona a carência de alimentos com a insuficiência de renda para obtê-los. Definiu-se, assim, uma linha de pobreza, considerando-se o rendimento familiar e o valor regionalizado da cesta básica, chegando-se ao resultado de 9,9 milhões de famílias ou de 46 milhões de pessoas que não possuem renda suficiente para garantir sua segurança alimentar, estando, portanto, vulneráveis à fome.

Garantir a segurança alimentar é assegurar tanto a regularidade de uma alimentação saudável, como a dignidade dos meios com que ela é obtida. Hoje, um imenso contingente de pessoas se alimenta do lixo ou se vale da caridade, o que não garante a regularidade.

Importante ressaltar que esse atendimento emergencial da população em risco de desnutrição é apenas uma parte dos objetivos do programa Fome Zero. Aqueles que o caracterizam como um programa assistencialista, de fato, não o compreenderam em toda a sua amplitude.

Buscou-se criar, com o programa Fome Zero, pela primeira vez, uma política integrada de combate à fome no Brasil. Não bastam ações voltadas para problemas emergenciais, como na ocorrência de secas no Nordeste, ou ações pontuais e desarticuladas.

Sr. Presidente, um dos méritos inegáveis do programa Fome Zero é o de afirmar, com toda a nitidez, a necessidade de conjugar adequadamente “políticas estruturais, voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza; políticas específicas, voltadas para atender diretamente as famílias no que se refere ao acesso ao alimento; e políticas locais, que podem ser implantadas por prefeituras e pela sociedade.”

Argumenta o documento elaborado pelo Instituto da Cidadania que combater o problema apenas por políticas de caráter estrutural ou de caráter emergencial resultaria insuficiente. Abandonar as medidas emergenciais e compensatórias implicaria graves consequências imediatas, como o aumento da desagregação social e familiar e da violência – que vemos, infelizmente, a todo momento –, uma vez que o resultado das políticas estruturais pode requerer anos, e às vezes décadas, para configurar-se consistentemente. Vale lembrar o bordão lançado e repetido tantas vezes pelo nosso querido Betinho: “Quem tem fome tem pressa”.

Restringir-se, por sua vez, apenas àquelas medidas de caráter compensatório ou assistencial, “enquanto – nos termos do documento – as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando a renda e ampliando a pobreza (...) significa desperdiçar recursos, iludir a sociedade, perpetuar o problema”.

Entre umas e outras, situam-se as políticas locais, que muito dependem do engajamento da sociedade civil organizada, de empresas e de pessoas de boa vontade, para obter soluções criativas e adequadas às condições de cada localidade, de cada comunidade, voltadas sobretudo para o estímulo à geração de emprego e de renda.

Essa visão ampla e abrangente das medidas de combate à fome, a preocupação em articulá-las, de forma consistente e continuada, conclamando a população a delas participar, juntamente com a sua priorização entre os objetivos de governo são, sem dúvida, responsáveis pelo apoio que o Fome Zero vem obtendo até internacionalmente.

Assim que o programa foi anunciado pelo Presidente eleito, ouvimos palavras de louvor e de disposição para colaborar do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, do Presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, e do Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias. O relator especial da ONU sobre o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, foi particularmente enfático ao qualificar o programa Fome Zero como “o melhor do mundo” e “exemplo para toda a comunidade internacional”. Ressaltou o especialista suíço o fato inédito de que um país poderoso elegia a fome como problema central e um ministério era criado para combatê-la e garantir a segurança alimentar. Elogiava ainda a fórmula do Governo brasileiro de mobilizar vários ministérios de forma articulada para enfrentar problemas sociais.

O apoio internacional começa a se traduzir em atos concretos com a visita do Diretor-Geral da FAO, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, o senegalês Jacques Diouf. Além de anunciar a doação da contribuição inicial de US\$1 milhão, Diouf pretende divulgar para a comunidade internacional o programa Fome Zero, definido como “a tomada de posição mais firme e decidida adotada por um governo para alcançar a meta combinada pelos chefes de Estado e de Governo na Cúpula Mundial sobre a Alimentação de reduzir pela metade, antes de 2015, o número de pessoas que passa fome no mundo”.

Não há como tratar, neste pronunciamento, de toda uma série de temas relevantes para a implementação e o sucesso do programa que se propõe acabar com a fome e a insegurança alimentar no Brasil, tornando realidade a “opção preferencial pelos pobres” em um dos países mais desiguais do mundo. Mencionamos apenas a necessidade de realização de uma verdadeira e tão adiada reforma agrária em nossas terras e, ainda, o grande impulso que a agricultura, a pecuária e a agroindústria brasileiras devem receber ao produzir para um mercado consumidor interno que abrangerá a totalidade de nossa população.

Outro aspecto importante a merecer, ainda que breve, uma menção é a desigual distribuição da fome e da pobreza em nosso território. Combater a fome no Brasil significa, também, cumprir o preceito constitu-

cional de reduzir as desigualdades regionais. Assim, naturalmente, deve ser priorizada a implantação do programa entre as populações das regiões Norte e Nordeste, que aparecem nos primeiros lugares nas estatísticas da escassez de alimentação.

As regiões Norte e Nordeste concentram, sozinhas, 86% dos Municípios onde o nível de pobreza é maior — e que aguardam, portanto, com maior urgência, os estímulos ao seu desenvolvimento social e econômico. Para citar exemplo, em nosso Pará requerem atenção especial os Municípios de Melgaço, Cachoeira do Piriá, Bagre, Garrafão do Norte, Chaves, São João do Araguaia, Santa Luzia, Anajás, Curralinho e Nova Esperança do Piriá, cujos Índices de Desenvolvimento Humano são inferiores a 0,6.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, sabemos das dificuldades de ordem econômico-financeira que afetam o nosso País, impondo a tomada de medidas duras, como as qualificou o Presidente Lula, que importam, mais uma vez, sacrifícios de nossa população. Devemos entendê-las como medidas temporárias, indispensáveis para garantir o equilíbrio da economia nacional em período e condições particularmente difíceis. A população brasileira tem, no entanto, o direito de esperar e exigir que a política econômica nacional venha a se pautar, no mais breve intervalo possível, pela imperiosa e inquestionável necessidade do aumento da produção, da criação de empregos e da distribuição de renda.

Não podemos, em nenhuma hipótese, perder a oportunidade histórica consubstanciada no programa Fome Zero para a superação do secular problema da fome entre os brasileiros, oferecendo, ademais, um importante exemplo para um mundo, cada vez mais pautado pela indiferença diante das parcelas menos favorecidas da humanidade.

Conclamamos, portanto, a sociedade brasileira ao engajamento, da forma mais ampla e entusiástica e de acordo com as possibilidades de cada um, nessa tarefa de tão transcendente importância para o nosso presente e para o futuro da Nação.

Cito um exemplo concreto de como está atuando o programa Fome Zero. Hoje, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Consea, na verdade, incorpora-se não só ao debate sobre a distribuição de alimentos, mas ao debate sobre a produção de alimentos e sobre todos os elementos que envolvem essa produção.

Para se ter uma idéia, o Plano Safra todos os anos destinava 90% dos recursos apenas aos grandes produtores agrícolas, os agroindustriais, ao chamado agribusiness.

Hoje, o Plano Safra não é discutido apenas pelo Ministério da Agricultura. Na última reunião do Consea — inclusive com a presença do Presidente Lula — foi colocada a idéia de que ele discuta o novo Plano Safra, uma política de safra, os instrumentos para estimular a produção de alimentos, como crédito, preço mínimo, garantia de compra da produção e segurança agrícola, juntamente com os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, para que os recursos não sejam prioridade, como eram antes — com a destinação de 90% —, apenas para os agronegócios, mas também para a agricultura familiar, para os assentamentos, numa opção concreta que faz esse Governo de que o programa Fome Zero não existe apenas para matar a fome, mas também para se ocupar com a produção e com a distribuição de alimentos.

Quando o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Conselho de Segurança Alimentar discutem o Plano Safra, discute-se geração de emprego e renda, políticas que, na verdade, não são efêmeras, mas duradouras, para que o problema da fome possa ser solucionado em nosso País.

Eu gostaria de registrar que, infelizmente, a maioria da população brasileira não sabe da decisão de discutir a safra deste ano sob uma outra ótica, com a participação do Conselho de Segurança Alimentar e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Como disse o Senador Pedro Simon, a imprensa, às vezes, quer publicar apenas as notícias negativas. Vale registrar, portanto, para que todo o povo brasileiro saiba, que medidas concretas estão sendo tomadas não apenas para matar a fome, mas para acabar de vez com o problema que causa a fome. Isso nos fará adentrar o novo século trabalhando não apenas para o presente, mas pensando no futuro, já que seremos cobrados amanhã pelas gerações futuras pelas oportunidades que temos para dar uma chance a este País. E nossa oportunidade é neste momento. Portanto, eu gostaria de parabenizar o Programa Fome Zero.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT SP) — Senadora Ana Júlia, concede-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT PA) — Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT SP) — Quero cumprimentá-la, Senadora Ana Júlia, por ressaltar a importância do Programa Fome Zero, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quando o economista Amartya Sen ganhou o prêmio Nobel de Economia perante a Academia Real de Ciências da Suécia, em Estocolmo, ele dedicou-se muito à teoria do bem-estar, da escolha social e observou quão difícil é a teoria

da escolha das pessoas numa sociedade. Ele ressaltou o que havia sido mostrado pelo economista Kenneth Arrow, também outro laureado com o Nobel, que, em 1951, escreveu a seguinte teoria: numa sociedade onde houvesse três pessoas – “x”, “y” e “z”, existindo três opções de bem-estar, “x” preferiria “a” como melhor que “b”, melhor que “c”; “y” preferiria “c” como melhor que “b”, melhor que “a”; e “z” preferiria outra ordem de coisas. Poder-se-ia demonstrar que seria praticamente impossível obter-se uma regra de maioria, em que sempre se conseguisse que todos escolhessem, por maioria, o melhor para a sociedade. Amartya Sen, apesar das dificuldades de decisões por maioria democrática, nunca perdeu a fé na tomada de decisões por maioria democrática, sobretudo para problemas de enorme transcendência numa sociedade. E é também de Amartya Sen a observação de que, quando há efetiva liberdade e democracia, normalmente os problemas de fome prolongada são minimizados na sociedade. Em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, resalta que, nos mais diversos países ditatoriais, capitalistas ou de regime de planejamento centralizado, geralmente houve fome endêmica grave e prolongada. Por outro lado, onde há democracia, normalmente a sociedade se organiza de alguma maneira para que não haja fome endêmica prolongada. O cientista também salienta que, quando uma sociedade determina como objetivo maior e importante o combate à fome, o problema da escolha da decisão mais importante a ser tomada normalmente é resolvido por grande maioria e com grande apoio. Ora, estamos vivendo no Brasil justamente a oportunidade de demonstrar o que Amartya Sen disse em seu discurso de 1998, perante a Academia, quando ganhou o Prêmio Nobel, pois o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já em sua campanha, sensibilizou os brasileiros para o objetivo de erradicar a fome e a miséria neste País, melhorar a distribuição da renda, conferir grande importância à geração de empregos, ao crescimento e assim por diante. E agora passamos efetivamente a colocar em prática o Programa Fome Zero, que tem um objetivo estrutural, o objetivo de mobilizar a população inclusive para produzir mais alimentos, estimulando a agricultura familiar e as formas cooperativas de produção. Há também um debate muito positivo a respeito de qual seria o melhor instrumento, qual a melhor maneira de se dar às pessoas, em qualquer parte do Brasil, o direito de se alimentar três vezes ao dia. Ali em Guaribas e Acauã, no interior do Piauí, na região semi-árida, começa a primeira experiência-piloto: estão sendo distribuídos 500 cartões num município e 500 cartões noutro município, am-

bos com aproximadamente 5 mil habitantes. Portanto, provavelmente há cerca de 1.500 ou 2.000 mil famílias participando efetivamente desse Programa, o que significa o atendimento de quase 1/3 ou pelo menos 1/4 da população. Nas próximas semanas, será realizado um acompanhamento das famílias beneficiárias para se verificar em que medida o programa está sendo aceito, como é que está sendo feita a utilização dos cartões-alimentação, qual a adequação de se pedir às pessoas a utilização dos cartões apenas em alimentos. Eu, por exemplo, tenho ressaltado a importância de se averiguar bem isso, mas, quem sabe, não seria mais adequado deixar de lado essa preocupação com o controle de gastos de cada um em cada tipo de alimento, permitindo-se às próprias famílias escolherem com quem gastar. Obviamente, deve-se estimular essas famílias a se organizarem, seja para a construção de cisternas, seja para o programa de alfabetização, seja para outras coisas que permitam a elas superar sua exclusão do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. É muito importante que nós, no Senado Federal, no Congresso Nacional, acompanhemos de perto essas experiências. Aliás, eu disse ao Ministro José Graziano que, ainda neste mês de março, espero ir a Guaribas e Acauã para acompanhar de perto essa experiência, trazendo meu testemunho sobre a opinião dessas famílias, que certamente devem estar muito envolvidas e entusiasmadas com o Programa. Isso será um extraordinário aprendizado para, efetivamente, fazermos todos os brasileiros alimentarem-se e participarem da riqueza desta Nação. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, a grande riqueza deste Governo é o debate democrático, que permite que um programa seja feito e seja, sistematicamente, acompanhado e avaliado, para que possamos fazer o melhor em relação ao Programa Fome Zero.

Fiz questão de ressaltar a novidade da forma democrática como se está discutindo a safra para este ano, como nunca se fez, com a participação não apenas dos grandes agricultores do nosso País, mas também dos pequenos, dos agricultores familiares, dos assentados. A participação do Conselho de Segurança Alimentar (Consea) nessa definição torna-o, além de mais democrático, mais eficaz, porque não queremos apenas distribuir alimentos. Discutir a produção de alimentos e erradicar a fome é, com certeza, distribuir melhor a renda no Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, do Partido dos Trabalhadores, do Estado de Alagoas, por vinte minutos.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, um fato tem movimentado bastante os meios de comunicação, e, infelizmente, o Senado Federal não tem tratado o assunto à altura. Refiro-me às denúncias apresentadas à imprensa sobre os chamados “grampos” feitos de forma ilegal no Estado da Bahia.

Na semana passada, a Bancada do PT apresentou um requerimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com base no art. 17, § 2º, da Resolução do Senado nº 20, de 1993, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar, solicitando a apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvindo o denunciado e providenciando as diligências necessárias.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, infelizmente, como ainda não elegemos o novo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, evidentemente, o único fórum adequado e legítimo para se posicionar a respeito é o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ainda instalado nesta Casa.

Infelizmente, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tem dado declarações jocosas contra o Partido dos Trabalhadores, dizendo que o PT não quer fazer nada com relação ao caso, que está fazendo jogo de cena. Estou com a impressão de que o Senador Juvêncio da Fonseca está acometido de um doloroso processo – reconheço, como enfermeira – de amnésia seletiva ou está fazendo parte de algum jogo, conluio, montado na Casa para proteger alguém.

Sr. Presidente, a Resolução nº 20 do Senado Federal é muito clara. A fome que passei na infância, com certeza, não foi suficiente para corroer os neurônios a ponto de eu não entender o que recentemente fez o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou o que a Resolução nº 20 do Senado Federal estabelece. Primeiro, é importante que o povo brasileiro que nos escuta neste momento entenda que o Código de Ética e Decoro Parlamentar não serve apenas para cassar Senador. O art. 7º estabelece as medidas disciplinares cabíveis. Existe a advertência, a censura, a perda temporária do exercício do mandato e a perda do mandato, que deve ser feita conforme estabelece a Constituição, no seu art. 55, que só trata de perda de mandato. A perda do mandato, essa sim, só pode ser feita depois de uma provocação de um partido político representado na Casa ou da Mesa da Casa Legislati-

va de que faz parte o Parlamentar. Quanto à representação que resultou em perda de mandato, só ocorreu uma vez na Casa, no caso do então Senador Luiz Estevão, porque já existia o processo preliminar de investigação, que era uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com poder de investigação próprio das autoridades judiciais. Já havia sido inclusive quebrado os sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Em todos os outros casos nesta Casa – dos Senadores ACM, José Roberto Arruda, Jader Barbalho e Luiz Otávio –, prefiro não pensar que o art. 17, § 2º, funcionava porque interessava a alguém, ao Palácio, a parlamentar da Casa, a partido político ou porque interessava dar uma resposta à mídia. Acredito que não era isso que ocorria. Em todos esses casos, fizemos o mesmo procedimento. Requerimentos semelhantes foram assinados por parlamentares, como reza o art. 17 do Código de Ética e Decoro Parlamentar: “Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica denúncias relativas ao descumprimento por Senador de preceitos contidos no Regimento Interno e no Código”. E o que determina o Código de Ética? “Recebida a denúncia, o Conselho promoverá a apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciadas as diligências que entender necessárias”.

Aliás, Sr. Presidente, o Código de Ética e Decoro Parlamentar é tão claro, que reza, no seu § 4º: “Poderá o Conselho, independentemente de denúncia ou representação” – deixando clara a diferença entre denúncia e representação –, “promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída a Senador”.

Sr. Presidente, o Código de Ética e Decoro Parlamentar é muito claro, a Resolução nº 20 do Senado é muito clara, assim como a Constituição do País é muito clara. Mas existem coisas que não posso entender! Essa amnésia seletiva do Senador Juvêncio da Fonseca está preocupante! S. Exª tem de ir ao médico! O Senador Juvêncio da Fonseca, quando Vice-Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, assinou alguns documentos. Ainda bem que a minha memória, apesar da idade, não está tão ruim a ponto de não lembrar os fatos. Fui pessoalmente pegar esses documentos assinados por S. Exª.

No caso do Senador Luiz Otávio, foi feita uma denúncia, conforme possibilita o art. 17, § 2º, da Resolução nº 20, por um cidadão, que anexou uma página da revista IstoÉ com reportagem sobre o caso do Senador Luiz Otávio. Imediatamente, o Senador Ramez Tebet, Presidente do Conselho de Ética na épo-

ca, e o Vice-Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, designaram-me Relatora. Ouvimos por duas vezes o Senador, tivemos a oportunidade de ouvir três delegados da Polícia Federal e ouvimos a assessoria jurídica do Banco do Brasil e do Banco do Pará. O Senador Juvêncio da Fonseca assinou os documentos, que estão em minhas mãos, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O Ofício nº81/2000, de 28 de novembro, traz: "Comunico a V. Exª" – ao Presidente do Banco do Brasil – "que, acolhendo sugestão da Exmª Srª Senadora Heloísa Helena, Relatora da Denúncia nº1/2000, apresentada contra o Senador Luiz Otávio, por infração ao decoro parlamentar, esta Presidência está convocando um advogado do Banco para prestar depoimento". Esse documento está assinado pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

Também está assinado pelo Senador Juvêncio da Fonseca um encaminhamento para ouvir testemunhas nos autos da Denúncia nº 1. E também para a Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil solicitando, com base na sugestão da Senadora Relatora da denúncia apresentada contra o Senador Luiz Otávio, para prestar depoimento. Outra, para prestar depoimento. Está aqui. E outra, também aos advogados e ex-advogados e à Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil do Estado do Pará para prestar depoimento, pedindo, inclusive, a emissão de passagens para tais pessoas. E, mais uma vez, aos delegados da Polícia Federal.

Aliás, o documento do Banco do Brasil responde ao Senador Juvêncio da Fonseca, dizendo que vai liberar os advogados do Banco do Brasil. S. Exª, que de repente foi acometido por um legalismo da conveniência, participou das oitivas. E, segundo está aqui registrado, fez perguntas aos delegados da Polícia Federal, ao Senador Luiz Otávio e aos ex-advogados do Banco do Brasil e à Polícia Federal. Está tudo aqui registrado.

Mas o que aconteceu com o requerimento absolutamente correto? Se houvesse provas... Aliás, se o Senador Juvêncio da Fonseca e seu Partido possuem a prova, estão prevaricando. Pois já deveria ter sido encaminhada ao Senado Federal a representação para a cassação. Se possuírem a prova, estão prevaricando.

Encaminhamos ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar algo absolutamente claro.

Fomos informados pelos jornalistas da revista IstoÉ de que eles possuem documentos, que têm provas. Eles nos apresentaram a transcrição da fita que foi gravada e querem testemunhar em juízo, querem

testemunhar no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, como têm direito.

Sr. Presidente, depois do nosso requerimento, vem o mais engraçado. Engraçado, não, trágico. É por isso que o povo odeia político; porque as conveniências são sempre maiores do que a ordem jurídica vigente. Nós fizemos o requerimento – volto a repetir – do mesmo jeito que fizemos em todos os outros casos, do mesmo jeito que manda o art. 17, § 2º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar. Qual foi o despacho? "Encaminhe-se à Mesa Diretora, enviando cópia à Polícia Federal." Não pede providências: "Encaminhe-se à Mesa Diretora..." Aí o Presidente da Casa, Senador Sarney, diz: "O encaminhamento à Mesa é apenas para dar conhecimento, não sendo solicitada qualquer manifestação." Portanto, S. Exª assina ciente, nada a despachar. Então, eu vejo um assassinato e mando um bilhetinho ao Senador Amir Lando, dizendo: "Senador Amir Lando, eu vi um assassinato". O Senador Amir Lando me responde: "Está certo, você viu". Pronto.

Sr. Presidente, estamos apresentando um recurso ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar com base no Regimento da Casa, porque qualquer país que queira ser uma nação civilizada não pode deixar que suas instituições estejam a serviço das amizades, do conluio político, da conjuntura, da pressão da mídia ou dos interesses do Palácio. Isso não pode acontecer. Quando uma instituição fica à mercê dessa convivência, desse jogo sujo, fica desmoralizada.

E o que é mais grave – porque agora estão atuando como advogado de defesa –, na imprensa, hoje, os dois Presidentes atuam como advogado de defesa, já passando a senha do que é que o Senador pode fazer: "Não, ele não precisa renunciar. Se ele perder o mandato, ele recorre ao Supremo, alegando que não estava no exercício do mandato quando as escutas telefônicas foram feitas". O outro diz: "Não, Sarney agiu bem. A investigação sumária não leva a nada".

Ora, mas é o Código de Ética que manda realizar a investigação sumária e preliminar. Então, para uns, Senador tal, não tem partido político, é inimigo de fulano de tal, para ele a lei, o Código de Ética; agora, para outro, que é amigo não sei de quem, parente de não sei quem, conveniado com não sei quem, com esse não acontece nada.

Não, o Código de Ética e Decoro Parlamentar tem que ser respeitado. Por isso estamos apresentando um recurso a essa decisão imoral, insustentável juridicamente.

Sr. Presidente, dizer que são "fatos anteriores ao mandato"? É a revelação do fato que desmoraliza

a instituição. Esse é que é o problema! Não é à toa que o Supremo, em outros casos, como no do ex-Deputado Talvani e em vários outros, reconheceu isso. A Polícia Federal é uma coisa, o Ministério Público é outra, e a Procuradoria-Geral da República, outra coisa.

Esse tipo de desculpa não vale, porque foi a mesma desculpa usada nesta Casa e não paralisou nossos trabalhos.

Precisamos explicar à sociedade por que, no caso do Senador A, o Código de Ética foi cumprido, no caso do Senador B, não importava que a Polícia Federal estava investigando e, no caso do Senador C, as coisas aconteceram de forma diferente.

Por isso, apresentamos um recurso da decisão tomada pelo Presidente do Conselho de Ética e pelo Presidente da Casa, que é uma decisão que fragiliza a instituição, desmoraliza e colide porque não tem nenhuma sustentação regimental e constitucional.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora, V. Exª me permite um aparte?

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Ouço V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, quero solicitar ao Presidente Eduardo Siqueira Campos, que preside esta sessão, que encaminhe ao Presidente José Sarney um apelo, pois, no Boletim da Secretaria-Geral da Mesa, observei que todas as comissões estão constituídas regularmente, mas o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que, de acordo com a Resolução do Senado nº 20, de 1993, contará com 16 membros titulares, tem relacionados apenas 7 e, dos 15 suplentes, apenas 6. Estamos no dia 6 de março e já é tempo de termos constituído o Conselho. Portanto, faço um apelo à Presidência no sentido de que sejam tomadas as providências para que os Líderes façam as indicações. Inclusive há aqui um registro totalmente desatualizado no Boletim, ao fazer referência ao Bloco Parlamentar de Oposição, quando agora é Situação. Esse erro precisa ser corrigido. Sr. Presidente, neste aparte, gostaria de informar que o recurso que nossa Bancada de 14 Senadores vai apresentar deverá ser apreciado pela Mesa. Se o Presidente arquivou nossa solicitação, cabe recurso ao Conselho de Ética, que deverá examinar a decisão do Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca. Ademais, é preciso que o Conselho de Ética esteja constituído, e que possa, refletindo, dialogando, ajudar o Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, a tomar uma decisão tão séria. É o mínimo que deve fazer. Em primeiro lugar, acredito que V. Exª tem razão, Senadora Heloísa Helena, por-

que mencionou fatos da história do Conselho de Ética. Quando Senadores souberam de ações que poderiam estar infringindo o decoro parlamentar avaliaram ser necessário acionar o Conselho de Ética, o que foi feito, inclusive, em termos semelhantes ao que agora aconteceu. À medida que os Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana e V. Exª assistiram ao depoimento de jornalistas da IstoÉ que teriam ouvido do próprio Senador Antonio Carlos Magalhães que, por iniciativa própria, teria realizado a oitiva dos telefonemas do Deputado Geddel Vieira – constatando-se um acontecimento que obviamente infringe as normas constitucionais – relataram os fatos aos 14 membros do PT no Senado. Por essa razão, fizemos uma representação para que o Conselho de Ética inicie um processo de apuração dos fatos. Ressaltou a Senadora Heloísa Helena que, como não temos inteira prova material, cabe-nos apenas a solicitação de um processo de apuração para verificar o possível envolvimento. Seria natural que o Senador Antonio Carlos Magalhães, a exemplo do que já fizeram outros Senadores, como o Senador José Eduardo Dutra, tivesse a iniciativa de propor ao Conselho de Ética uma apuração. Tenho a convicção de que provas não há porque, realmente, por hipótese, S. Exª não teria qualquer responsabilidade. S. Exª quer ir ao Conselho de Ética para que este ouça todas as pessoas e prove que não há responsabilidade. Assim, proceder-se-ia com toda a tranquilidade, no Conselho de Ética, para dirimir inteiramente o fato. Diante da decisão do Presidente do Conselho de Ética, Senador Juvêncio da Fonseca, de não ouvir um conselho ainda não existente, peço-lhe que seja formado o quanto antes, porque trabalho já existe e não deve ser postergado. Avalio que o recurso deverá ser efetivado tanto ao Conselho de Ética quanto ao Presidente do Senado para o exame da decisão, o que possivelmente será feito até pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Creio que o que V. Exª aqui apresenta tem respaldo regimental e que será analisado. Portanto, Sr. Presidente, peço-lhe que seja tomada essa providência.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, por economia processual, vamos encaminhar o recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à Mesa do Senado e ao Presidente do Conselho de Ética, não encaminharemos ao Papa, porque não está a ele delegada a tarefa de analisar esse caso ainda.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, a Mesa informa a V. Exª que já diligenciou fazendo contatos com

todos os líderes. Alguns deles já enviaram os nomes para a composição do Conselho de Ética, outros ainda não; mas, ouvindo o apelo de V. Ex^a, certamente o farão dentro do prazo regimental, e, assim, a Mesa poderá proceder à eleição dos membros do Conselho de Ética.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shlessarenko, suplente de Secretário.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Shlessarenko) – Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago, como tenho feito semanalmente, algumas informações que considero da maior importância acerca dos avanços e dos resultados que vêm atingindo o Estado do Tocantins recentemente com relação aos mercados externos e à produção agrícola e pecuária.

Os constantes avanços no campo da ciência e da tecnologia, frutos da pesquisa acadêmica e empresarial, têm representado um verdadeiro ganho na qualidade de vida da população e vem consolidando o que podemos denominar de uma verdadeira consciência cidadã em busca do consumo de alimentos de alta qualidade. São os chamados produtos agrícolas orgânicos, ou seja, aqueles alimentos isentos das tão temidas e também conhecidas ingerências de arsenais químicos na sua produção, cujos riscos à saúde já estão mais do que comprovados.

São, então, Sr^a Presidente, conhecidos da população os produtos agrícolas orgânicos. Da mesma forma, é muito grande a procura e o interesse da população pelo gado de corte orgânico, rebanhos de alta qualidade, cujas pastagens estão isentas de agrotóxicos ou os pesticidas e em cujo processo de engorda não são utilizados hormônios ou anabolizantes. Têm sido esses os produtos mais procurados pelo mercado interno e também pelo mercado internacional.

Dessa forma, destaco que o Estado do Tocantins vem se credenciando junto a esses mercados externos com a produção do chamado boi verde. Isso pode ser confirmado pelo certificado de Zona Livre de Aftosa, recebido no ano passado ainda, e agora pelo envio de duas importantes missões ao Brasil, especificamente ao Estado do Tocantins, para a inspeção de fazendas, de frigoríficos e também para contatos com as autoridades daquele Estado, do Ministério da Agricultura, na busca de informações sobre esse proces-

so de produção, que dá ao consumidor a certeza de que está consumindo um produto da mais alta qualidade, isento de contaminação por agentes químicos, anabolizantes, hormônios; pastagens nas quais não se tenha utilizado agrotóxicos, pesticidas; ou ainda o gado consumido água de boa qualidade.

Sr^a Presidente, o Estado do Tocantins se apresenta como um dos maiores produtores nacionais: num total de 56.239 propriedades rurais, temos hoje um rebanho de 7 milhões e 216 mil cabeças de gado, 85% das quais é gado de corte. Ou seja, foi um dos primeiros Estados brasileiros a instituir a sua Agência de Defesa Agropecuária (Adapec). Ela tem como objetivo, dentre outros, garantir a manutenção do status sanitário de Zona Livre de Aftosa e ainda zona com vacinação de toda a sua produção.

Portanto, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o ano passado o nosso Estado foi reconhecido internacionalmente como uma zona efetivamente livre da área de aftosa. Isso é por demais importante para a nossa população e para os nossos produtores.

Congratulo-me com nossos produtores rurais, com sua associação e com a nossa Federação da Agricultura do Estado do Tocantins, que é presidida pela Deputada Federal Kátia Abreu. S. Ex^a, recentemente, foi reeleita com a maior votação do nosso Estado, é uma grande líder rural, empresarial, e já esteve fora do nosso País representando o Estado de Tocantins quando da obtenção desse certificado de zona livre de aftosa. Agora participa, juntamente com as autoridades tocantinenses, dessas reuniões, dessas inspeções e dessas visitas que as missões européias estão fazendo no Estado do Tocantins.

A primeira reunião será em 13 de março, pela manhã, na Delegacia do Ministério da Agricultura, onde as autoridades da Adapec farão uma apresentação à missão européia. O escritório da nossa agência de defesa na cidade de Araguaína também receberá visita semelhante, dessa missão européia, na Fazenda Vale do Boi, no Município de Carmolândia, cidade que tem o nosso jovem Prefeito Severino. Toda a região está muito ansiosa por essa visita que se dará em fazendas dos Municípios de Goiatins e Couto Magalhães. O resultado dessa visita é que o Estado do Tocantins terá todo o seu gado de corte e seus frigoríficos aprovados para a exportação de seus produtos ao Mercado Comum Europeu. Teremos ainda a visita de uma missão russa.

Portanto, Sr^a. Presidente, estamos enfrentando uma luta pelo melhor posicionamento do Brasil no mercado, no comércio exterior; também estamos enfrentando as barreiras protecionistas do mercado nor-

te-americano. Tendo em vista o desejo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que haja um melhor relacionamento do Brasil com a Europa e outros mercados alternativos, essa é uma notícia alvissareira para o Estado do Tocantins.

Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é um tema por demais abrangente; vários Senadores ocuparam a tribuna hoje para falar do Programa Fome Zero. Trata-se de tema por demais abrangente e importante, sem dúvida. Não há brasileiro, integrante ou não de partido político, que possa se colocar contrariamente a esse programa. Penso mais, que não podemos nos colocar na condição de críticos desejosos de que o programa não dê certo por razão político-partidária ou de qualquer outra natureza. Digo isso como integrante do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, que esteve no Governo e que foi por diversas vezes criticado e questionado, mas que sem dúvida deixou a sua marca em uma administração que foi reeleita, que prestou relevantes serviços ao povo brasileiro e teve reconhecimento nacional e internacional.

Quis a população em uma eleição democrática, histórica, que houvesse essa mudança. Está na Presidência da República, sem dúvida nenhuma, uma das figuras mais respeitadas da política brasileira: o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E temos de reconhecer que Sua Excelência tem todo crédito e merecimento para implantar seus programas e seus projetos. E não pode ser outra a nossa postura senão a de apoiar e, mesmo de forma crítica, acompanhar as ações do Governo, desejosos de que tudo isso dê certo.

Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se efetivamente tivesse sido outro o resultado da eleição, pelo qual eu lutei tanto, de forma digna, determinada... Trabalhei até o último momento do segundo turno consciente, cumprindo o meu dever partidário e também fazendo aquilo em que acreditava, porque conheço demais o nosso ex-colega Senador José Serra; sei que ele é um brasileiro movido pelas melhores intenções e seria, sem dúvida nenhuma, um grande Presidente. Se tivéssemos vencido a eleição, penso que restaria à população aquela pergunta: por que um partido, um grupo de trabalhadores brasileiros que vêm dos movimentos operários, das ligas camponesas, dos partidos da esquerda, não tem oportunidade de mudar este País? A oportunidade está dada da forma mais democrática.

Eu entendo que o comportamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso na transição foi também merecedor dos maiores elogios por parte de toda a opinião pública nacional e internacional.

Sr^a. Presidente, não abriremos mão do papel que nos concedeu a população brasileira, que é o de sermos Oposição – o que, em absoluto, não quer dizer que estaremos nesta tribuna desejosos de que o programa não saia do papel, que não dê certo, ou de que se adote uma postura irônica dizendo que o comportamento do Partido dos Trabalhadores era um enquanto fazia Oposição e é outro enquanto está no Governo. Já disse por mais de uma vez que a minha postura não será essa. Haverá a oportunidade de a população estabelecer comparações, travar debates mais democráticos; muitos daqueles que não sabiam bem por que as coisas não eram feitas agora podem compreender a situação. Lembro-me de discursos intermináveis toda vez que o Copom se reunia, e os juros subiam. O Copom se reuniu duas vezes, e os juros continuam a subir. Não é pelo fato de um brasileiro querer mais e outro menos ou por simples vontade política que essas coisas acontecem. São medidas...

Toda a Bancada do Estado do Tocantins, inclusive o nosso Governador de Estado, esteve reunida com o Ministro da Fazenda. Dissemos a S. Ex^a que, entre sofrer a crítica do discurso incoerente e ter a coerência necessária atrelada ao momento internacional por demais preocupante pelos números da inflação e pelas conjunturas nacionais e internacionais de ordem econômica, S. Ex^a estava adotando as medidas mais seguras, responsáveis e cautelosas para que o Brasil não fosse levado por mais uma crise internacional, pela ameaça da guerra ou por outras conjunturas de mercado.

Tenho lido na imprensa, Sr^a Presidente, principalmente nos jornais de hoje, que dois Parlamentares do meu Partido, na Câmara e no Senado, se revezariam para não deixar transparecer que nossos Líderes, Jutahy Magalhães e Arthur Virgílio, fossem radicais e fossem os únicos a fazer aqui as críticas necessárias ao Governo presidido por Luiz Inácio Lula da Silva. Não houve, dentro do PSDB, qualquer reunião nesse sentido. Não há no nosso Partido o intuito ou o desejo da crítica a qualquer preço, esperando o primeiro escoregão para que possamos estar aqui felizes na tribuna dizendo: “Estão vendo? Não está dando certo...” Ou: “Isso não é aquilo que se dizia...”

Sinceramente, Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é esse o posicionamento que vejo dentro do meu Partido. Grande parte do PSDB, grande parte dos nossos dirigentes, dos nossos integrantes, dos nossos Parlamentares vem da mesma luta democrática. O Senador José Serra foi um líder estudantil importantíssimo neste País, foi exilado junto com o Presidente Fernando Henrique Cardoso; tem uma

bela formação, uma história política que não seria de qualquer forma alterada ou transformada por uma postura radical ou uma postura que viesse a adotar como prática política a crítica pela simples necessidade de se fazer oposição. Não, Sr^a. Presidente!

Nós temos aqui abordado os temas mais importantes. Ora, se queremos realmente que dê certo o Programa Fome Zero, está aqui um ponto relevante. O Brasil, alguns Estados vêm conquistando com grandes dificuldades esse importante atestado de zona livre da aftosa. Eu vejo, Senadora Ana Júlia, que os produtores rurais do Pará ainda sofrem. Mercadorias de propriedades rurais do Pará, que faz divisa com o nosso Estado, enviadas para um frigorífico e saídas de uma propriedade paraense, por exemplo, têm preço menor do que aquelas produzidas no Tocantins. Isso porque nosso Estado já obteve o atestado de zona livre de aftosa, o que não ocorreu com facilidade. Os produtores rurais do Tocantins contribuem voluntariamente para um fundo que tem hoje mais de R\$4 milhões depositados, gerido por pessoas da iniciativa privada em consórcio com entidades governamentais, como a representação do Ministério da Agricultura no nosso Estado, a Federação da Agricultura e a própria Adapec – Agência de Defesa Agropecuária. Todos se empenharam para que tivesse êxito esse programa conduzido com muita seriedade pelo Governo do Estado do Tocantins, até o dia em que conquistamos o atestado de zona livre de aftosa.

Para isso, é preciso haver vacinação e desenvolver técnicas as quais encarecem bastante a produção. No Estado do Tocantins, os produtores têm se modernizado, têm se reunido e adotado práticas que permitem a qualidade permanente e controlada. Em momento algum, para que sejam aumentados os lucros, são utilizados hormônios ou antibióticos. Além disso, são adotadas técnicas específicas ao abate e ao tratamento dos cortes, bem como à embalagem, à armazenagem e ao transporte da nossa produção. Isso tudo vem dando resultados, mas é fruto de uma política de muita austeridade.

Aliás, austeridade é velha conhecida da população tocan-tinense. Não me canso de dizer aqui que, se for analisado o perfil de Governo do Estado do Tocantins, dificilmente se encontrará um modelo administrativo semelhante. A folha de pagamento do Poder Executivo, que já esteve em mais de 65%, anda em torno dos 30%. Refiro-me somente ao Poder Executivo. Somadas as folhas de pagamento de todos os outros Poderes, o comprometimento do Estado do Tocantins com a folha de pagamento está um pouco acima de 40%. No final do Governo a que sucedeu o jo-

vem Marcelo Miranda, o Estado do Tocantins obteve da Secretaria do Tesouro Nacional a classificação “A” em relação a suas contas. Primamos pela responsabilidade fiscal. A nossa capacidade de endividamento ainda é muito grande, pois nem de longe atingimos nosso limite. O nosso comprometimento é baixíssimo. Isso nos impõe muita responsabilidade nas contratações. O custeio da máquina administrativa do Tocantins gira em torno de 7%, o mais baixo do País, sem dúvida nenhuma. Existem Estados cujo custeio ultrapassa 15%.

Então, esse anúncio de que uma missão europeia está dirigindo-se ao meu Estado para a confirmação do Tocantins como grande exportador de carne para o Mercado Comum Europeu e para outras comunidades está atrelado a todo esse processo.

Tocantins fez, nos últimos oito anos, mais de quatro mil quilômetros de rodovias. Olhando para nossos vizinhos do Maranhão, do Pará e do Mato Grosso, vejo que os números são outros.

Essa é uma grande reflexão que precisamos fazer. Pretendo apresentar a esta Casa um projeto de lei que estabelece regras e a formulação de políticas para criação de territórios e Estados brasileiros. O grande temor da população e de Parlamentares das duas Casas do Congresso é o de que sejam criados novos feudos políticos, onde se dará o empreguismo, a criação de tribunais, com todas aquelas deficiências e todo o atraso de que temos notícias em outras administrações.

O Estado do Tocantins foi criado antes da Lei da Responsabilidade Fiscal, mas a responsabilidade fiscal já existe nos governantes do nosso Estado há bastante tempo.

No Tocantins, há um limite de secretarias para o Poder Público e normas rígidas com relação ao processo de desenvolvimento da nossa capital, que é Palmas. Lá não existe programa de doação de lotes. Temos uma política de combate às invasões, ou seja, bom ordenamento e utilização das áreas para o crescimento da nossa capital. Palmas é uma cidade planejada, que já tem um dos maiores índices de saneamento básico do País, além de fibra ótica por todo lado, de bairros organizados e de escolas de qualidade.

Palmas realmente é um grande incentivo à criação de novas áreas urbanas viáveis e não desse grande abandono que se dá no grande Estado do Mato Grosso, Estado da nossa Presidente, que hoje fez um belo pronunciamento sobre as rodovias, matéria diretamente ligada a essa de que estamos tratando. De nada adiantará ao Tocantins continuar primando por não ter a aftosa, por ter excelência na produ-

ção agrícola e pecuária, se continuar dependendo da Belém-Brasília, estrada federal que entristece os tocantinsenses, os paraenses e os maranhenses porque, efetivamente, acabou.

O Governo do meu Estado solicitou delegação para dar manutenção na rodovia Belém-Brasília. No Tocantins é muito comum dizermos que as estradas estaduais são excelentes. Quem anda por lá sabe disso.

Srª Presidente, como já disse aqui, construímos quatro mil quilômetros de rodovias; então elas estão efetivamente novas. Estamos construindo rodovias de qualidade, mas passamos por um processo de grande constrangimento, pois os produtores prometem, se o Governo Federal não adotar medidas emergenciais, verdadeiro bloqueio da rodovia Belém-Brasília, que, em alguns trechos, não precisa mais de recuperação, mas de reconstrução.

É lamentável que a grande veia da nossa economia, que é a Belém-Brasília, esteja nessa situação. Temos brigado muito pela hidrovia Araguaia-Tocantins, tão importante para o Tocantins, Pará, Maranhão, Mato Grosso, e pela Ferrovia Norte-Sul porque esses programas de recuperação de estradas são medidas paliativas que efetivamente não resolverão o problema.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT PA) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB TO) – Senadora Ana Júlia Carepa, estou ciente do final do meu tempo, mas, se for possível, com muito prazer, concedo o aparte a V. Exª, nobre representante do Estado do Pará.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT PA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, parabéns V. Exª pelo seu pronunciamento, dizendo que esse problema das estradas no Brasil inteiro realmente preocupa a todos nós. Sem dúvida nenhuma, a nossa região é a mais atingida. A Transamazônica, por exemplo, há quase vinte anos não recebe manutenção. O que significa isso? Falamos com o Ministro, que se mostrou sensível, mas tivemos de assinar convênios com as prefeituras para que elas pudessem, pelo menos, manter a rodovia transitável nesse período chuvoso. Conheço a Belém-Brasília, cujo estado é lastimável. Temos de discutir um plano para cobrir esse déficit que há muito existe e que diz respeito principalmente à nossa região. Reconhecemos ser impossível o Ministério dos Transportes, de repente, asfaltar a Transamazônica, fazer a BR-163, a Santarém-Cuiabá, que é tão importante, pois, com ela, haveria muita economia na exportação de grãos. Todos sabemos que Santarém é

muito mais próximo dos principais portos da Europa. Como é que poderemos contribuir para o desenvolvimento Brasil? Entendo que é tarefa de todos nós fazermos isso de forma planejada para oferecer estradas que dêem oportunidade de trabalho aos produtores, tanto aos grandes que querem gerar emprego e renda quanto aos pequenos. Ainda há pouco, comentava com o Senador Amir Lando a situação do Estado do Pará. Milhares de pessoas foram chamadas para a região da Transamazônica e hoje não conseguem escoar o seu produto. Então, a reforma agrária não significa somente terra e, sim, terra, crédito, distribuição, armazenamento, condições de comercialização dos produtos. É necessário também fazer obras de infra-estrutura. Concordo que o escoamento dos produtos deve se dar por meio de transporte intermodal. Temos a hidrelétrica de Tucuruí, mas não conseguimos fazer as suas eclusas para transformar o rio em navegável, permitindo, assim, que os nossos produtos pudessem ser escoados de forma mais econômica. Sabemos que o transporte intermodal é mais barato, que o transporte hidroviário custa menos pois não precisamos tapar buracos nos rios. É óbvio que isso é importante. E, infelizmente, Tucuruí foi ampliada, a sua segunda parte já foi feita, a fim de que passasse a distribuir energia para o Brasil, mas suas eclusas que serviriam para o Pará e para a região não foram feitas. Não foram feitas e não temos, é verdade, condições de dizer que o serão agora. Mas precisamos planejar as obras fundamentais para os nossos Estados. Quanto a isso, contará com o nosso apoio e, tenho certeza, com o apoio da Senadora Serys Slhessarenko, cujo Estado também sofre as consequências desse abandono que não é de hoje.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB TO) – Senadora Ana Júlia Carepa, agradeço o aparte de V. Exª e o incorporo ao meu pronunciamento.

Finalizo, Srª Presidente, e agradeço a compreensão de V. Exª com este Parlamentar, dizendo que o debate, a discussão de criação de novos Estados é extremamente oportuna. Não podemos continuar assistindo a esse caos urbano que vem ocorrendo nas grandes cidades do nosso País. Os estrangeiros perguntam, pois não entendem, por que há aglomerados urbanos em cidades como Rio e São Paulo, onde precisamos da presença do Exército para garantir a segurança da população, enquanto temos o Mato Grosso, o Pará e o Tocantins com menos de quatro habitantes por quilômetro quadrado, com uma imensidão, uma vastidão territorial.

Vamos discutir, sim, a criação de novos Estados dentro de princípios rígidos, da austeridade adminis-

trativa, mas da efetiva ocupação, sem o temor do bairrismo ou outra preocupação de qualquer natureza, aprofundando e estendendo o debate, para que possamos redividir os Estados, dar autonomia às regiões, às populações carentes, colocar a presença do poder político para a administração.

E, Sr^a Presidente, com relação à rodovia Transamazônica, os únicos 270 quilômetros totalmente pavimentados e em excelentes condições de tráfego estão no Estado do Tocantins, que recebeu a delegação do Governo Federal. Ou seja, o Governo Federal concedeu ao Estado do Tocantins a delegação para a gestão da rodovia Transamazônica. São 270 quilômetros pavimentados com qualidade e tráfego. Não é assim no resto do País. Mas, quem sabe, a discussão possa ocorrer no plenário desta Casa, que tem o dever de representar os Estados, a fim de que possamos abandonar o bairrismo, o medo, o temor, e enfrentarmos a discussão da redivisão territorial brasileira, único caminho para que este País possa ensejar mais oportunidades e alternativas às concentrações urbanas, como no meu querido Estado do Tocantins.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, em primeiro lugar, farei referência ao assunto tratado no pronunciamento da Senadora Heloísa Helena.

Gostaria de fazer observações quanto aos termos do despacho do Presidente do Conselho de Ética, Juvêncio da Fonseca, no dia 27 “Encaminhe-se à Mesa Diretora, enviando cópia à Polícia Federal”, à representação formulada pelos 14 Senadores do Partido dos Trabalhadores, e também do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, em 5 de março, ontem, nos seguintes termos:

Assim, o requerimento é dirigido ao Conselho de Ética, ao qual requer providências.

Seu encaminhamento à Mesa é apenas para dar conhecimento, não sendo solicitada qualquer manifestação.

Por outro lado, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar já tomou a providência de acompanhar, através de uma comissão de três (3) senadores, o inquérito que se desenrola em instância própria.

Ciente, nada a despachar.

Sr^a Presidente, levando em conta esses despachos, considero que cabe ainda ao Conselho de Ética

reunir-se, e, obviamente, isso só poderá ocorrer se o mesmo estiver constituído. Portanto, a manifestação do Presidente José Sarney, por enquanto, é apenas de ciência, não de arquivamento, conforme a imprensa em princípio registrou. S. Ex^a diz apenas: “Ciente, nada a despachar”. Consciente, portanto, de que o Conselho de Ética tem ainda o que definir. Daí a importância de o Conselho de Ética constituir-se o quanto antes, para começar o seu trabalho.

Sr^a Presidente, gostaria também de comentar a Medida Provisória nº 108, de 27 de fevereiro de 2003, que cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – Cartão Alimentação.

É importante essa medida legislativa, porque é a primeira que dá caráter legal ao Cartão Alimentação, que constitui um dos instrumentos-chaves do Projeto Fome Zero. Até o presente, não tínhamos a definição das pessoas ou famílias que teriam direito ao Cartão Alimentação.

Recordo, Sr^a Presidente, que, no mês de dezembro último, constituiu-se um grupo de trabalho, denominado “Governo de transição”, cujo coordenador foi o atual Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. E uma das principais recomendações desse Governo de transição foi, após realizado o levantamento dos mais diversos tipos de programas de transferência de renda – o programa de renda mínima associado à educação, ou Bolsa-Escola; programa de renda mínima associado à saúde, ou Bolsa-Alimentação; o Bolsa-Renda, para famílias atingidas por calamidades públicas; o vale-gás; o programa de erradicação do trabalho infantil; e outros procedimentos de transferência de renda –, no sentido de coordenar, racionalizar os diversos programas e, se possível, unificá-los. Inclusive, em junho último, o Governo Fernando Henrique Cardoso havia recomendado que fosse feito um cadastro único dos programas sociais. Também o Governo de transição considerou a coordenação dos esforços nesse sentido, ao se instituir o Programa Fome Zero e o possível Cartão Alimentação.

Vejam aqui como é definido o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – Cartão Alimentação. Vou ler e comentar a Medida Provisória nº 108, pois é curta:

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Relembremos que a medida provisória passa a valer como lei a partir da sua edição, tendo o Congresso Nacional um prazo regimental e constitucional para apreciar, fazer sugestões, modificar ou não e aprovar o respectivo projeto de conversão em lei.

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – Cartão Alimentação, vinculando às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Parágrafo único – Considera-se segurança alimentar e nutricional a garantia da pessoa humana ao acesso alimentação todos os dias, em quantidade suficiente e com a qualidade necessária.

Aqui está se definindo o que é a segurança alimentar, ressaltando quantidade e qualidade de alimento necessárias e suficientes para cada pessoa.

Art. 2º O Cartão Alimentação constitui o instrumento que garantirá, a pessoas em situação de insegurança alimentar, recursos financeiros ou acesso a alimentos, podendo ser implementado em cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, observado o disposto em regulamento.

Não estão definidas quaisquer exigências ou contrapartidas, por enquanto. Isso será definido em regulamento.

Art. 3º O Poder Executivo definirá os critérios para a concessão do benefício, a organização do cadastramento da população junto ao programa, o valor do benefício por pessoa ou por unidade familiar.

É dada flexibilidade ao Executivo se vai ser por pessoa ou por família o período de duração do benefício e as formas de controle social do Cartão Alimentação. Isso fica a critério do Poder Executivo.

§ 1º O Cartão Alimentação não será concedido para pessoa com renda familiar mensal per capita superior a meio salário mínimo.

Esse é um dos objetivos principais dessa medida provisória ou desse instrumento legal. O Cartão Alimentação será conferido àquelas pessoas ou famílias quando a renda familiar for até meio salário mínimo per capita.

Aqui há uma questão, Senadora Serys Slhessarenko. Se o cartão for conferido à pessoa com renda mensal per capita até meio salário mínimo, a pergunta é: Será esse direito, conferido em lei, estendido a toda e qualquer pessoa no Brasil com rendimento até meio salário mínimo? Isso não está suficientemente esclarecido ainda nesta medida provisória, mas é uma questão da maior relevância, que se relaciona aos demais programas de transferência de renda a que me referi.

§ 2º Para efeito desta Medida Provisória, considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico,

vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.

É uma clara definição do que se considerará como unidade familiar. Assim, pessoas que residem sob o mesmo teto, mantendo sua economia pela contribuição de seus membros, podendo até haver, nesse lugar, pessoas que não têm necessariamente laços sanguíneos, mas laços afetivos, moram no mesmo lugar e se consideram, portanto, uma família. Considero essa definição bem formulada.

§ 3º Na determinação da renda familiar per capita, será considerada a média dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família, excluídos apenas os provenientes do Programa de que trata esta Medida Provisória.

Esse parágrafo refere-se àqueles que terão direito ao Cartão Alimentação, programa de que trata esta medida provisória. Aqui se menciona que será considerada a média dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família. Não está claramente dito se só se consideram os rendimentos digamos, no mercado formal, registrados em carteira ou aluguel formalmente declarado, e assim por diante. Entendo que, pela definição dos rendimentos brutos, estão sendo considerados rendimentos de toda e qualquer natureza, incluindo os de natureza informal, algo que deverá ser objeto de melhor consideração por parte dos gestores e ainda, possivelmente, de regulamentação.

Art. 4º A concessão do Cartão Alimentação não gera direito adquirido, dado o seu caráter temporário.

Por enquanto, o Cartão Alimentação, no objetivo do Programa Fome Zero, é definido como tendo um caráter temporário. Sobre isso, quero, ao final, tecer mais considerações.

Art. 5º As despesas com o Cartão Alimentação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente na unidade do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Por enquanto se sabe que para o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – que recebeu o nome de MESA, aliás, lembrando o sentido de fraternidade de as pessoas estarem sentadas à mesa, que é o sentido do Programa Fome Zero –, no orçamento de 2003, foi destinado R\$ 1,8 milhão, menos R\$ 30 milhões, retirados por ocasião do corte realizado em meados de fevereiro de todo o orçamento.

§ 1º Na definição do valor do benefício previsto no inciso III do art. 3º, o Poder Executivo deverá com-

patibilizar a quantidade de beneficiários às dotações orçamentárias existentes.

Ou seja, na medida em que as dotações orçamentárias forem em valor inferior àquilo que se faz necessário para atender a todas as famílias ou pessoas que ganham até meio salário mínimo per capita, aqui se tem já a pressuposição de que talvez não se consiga atender a todas essas pessoas. Aqui vem uma das grandes questões, Senadora Serys Slhessarenko: o direito será concedido a algumas famílias que ganham até meio salário mínimo per capita. E as outras? Como ficará o direito de famílias, de pessoas no Brasil que, porventura, em recebendo até meio salário mínimo per capita, sendo brasileiros ou residentes no Brasil, não estejam, por algum critério, sendo contempladas? Esse é um problema sobre o qual deveremos estar no Congresso Nacional pensando para ver como resolver.

§ 2º O valor do benefício previsto no inciso III do art. 3º poderá ser alterado pelo Poder Executivo, a qualquer momento, observado o disposto no §1º.

Portanto, fica a critério do Poder Executivo definir qual o valor do Cartão Alimentação.

Aqui temos as seguintes questões: primeiro, como relacionar o valor do Cartão Alimentação com o valor dos demais benefícios que são pagos pelos programas, seja o Programa Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e assim por diante? Será que esse valor deveria ser unificado? Será um valor somado a outro? Terá o beneficiário de um desses outros programas a possibilidade de receber também o Cartão Alimentação? Ou será melhor unificar todos os programas? E como ficará? Essa é outra questão importante sobre a qual o Congresso Nacional deverá refletir e decidir.

§ 3º O Cartão Alimentação atenderá, no mês de março de 2003, aos atuais beneficiários do Programa Bolsa-Renda, previsto na Lei nº 10.458, de 14 de maio de 2002.

Aqui temos uma questão bastante importante, pois o Programa Bolsa-Renda era destinado a todas as famílias e pessoas que tivessem sido vítimas de flagelo, de calamidades da natureza – secas, inundações –, e estava sendo administrado pelo Ministério da Integração Nacional.

Isso significa que todos aqueles que estariam sendo beneficiados pelo Bolsa-Renda – seria um número da ordem de 1 milhão e 400 mil no final do ano passado – passarão a receber o Cartão Alimentação? É o que ocorrerá a partir de março? E haverá ou-

tros a serem atendidos? Fica claro que serão atendidos os que estavam no Programa Bolsa-Renda.

Mas aqui vem uma outra questão: o Programa Bolsa-Renda não tinha, até o início deste ano, verba orçamentária prevista para 2003. Por meio de medida provisória, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva destinou pouco mais de R\$100 milhões para atender às famílias atingidas por calamidades, para que recebessem o Bolsa-Renda, que é uma ajuda modesta, da ordem de R\$30,00 por família. Portanto, essas pessoas passaram a ter alguns recursos a partir da medida provisória. Como será a partir de março? Serão os beneficiários do Programa Bolsa-Renda beneficiados também com o Cartão Alimentação, de R\$50,00, que só poderiam ser gastos com alimentos, ainda que isso não esteja explicitamente previsto na medida provisória? Essa é outra questão que merece esclarecimento.

Art. 6º A União poderá receber doações destinadas ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criada pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, com encargo de utilizá-las unicamente nas ações voltadas à segurança alimentar, nutricional e ao combate à fome.

Portanto, esse é um mecanismo para receber doações que devem ser destinadas ao Fundo de Combate à Fome.

Ressalto que há, de fato, imensa disposição da sociedade brasileira, em seus mais diversos segmentos, para destinar recursos para esse programa.

O art. 7º diz que a Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Assinam o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro José Graziano da Silva, em 27 de fevereiro de 2003.

Trata-se, portanto, Srª Presidente, de Medida Provisória, a primeira, de importância para o Programa Fome Zero, mas que ainda não o define inteiramente.

Quero ressaltar que a minha expectativa é de que nós possamos vir a ter um programa que assegure o direito de cada pessoa ou família no Brasil poder, efetivamente, contar – não temporariamente, mas de uma maneira definitiva e incondicional – com uma renda que possibilite a todas as pessoas se alimentarem com três refeições ao dia e, mais do que isso, ter direito a uma vida digna por meio de uma renda básica de cidadania incondicional.

Conforme conversei com o Ministro José Graziano da Silva, podemos ver o Programa Cartão Ali-

mentação como um passo na direção de chegarmos um dia – espero seja em breve – à renda básica de cidadania.

Quero concluir reiterando o apoio aos esforços de paz do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que nestes últimos dias dialogou com o Presidente Jacques Chirac, com o Primeiro-Ministro Gerard Schroeder, respectivamente da França e da Alemanha, e conversou, ontem, com o Primeiro-Ministro Tony Blair expressando a sua preocupação com o impacto negativo que uma guerra poderia causar na economia das nações em desenvolvimento e sobre o nosso ardente desejo de que todos os esforços sejam realizados para que o Governo do Iraque atenda às resoluções do Conselho de Segurança da ONU de uma ma-

neira tal que não seja necessária a utilização da força e a explosão dos instrumentos bélicos, que poderão causar extraordinário dano à vida de milhares de pessoas por este mundo, especialmente no Iraque.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Serys Shessarenko) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 7 minutos.)

(OS 10791/03)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho		PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães			RIO GRANDE DO NORTE
PFL	- César Borges		PTB	- Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO		PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PT	- Roberto Saturnino		PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella			SANTA CATARINA
PMDB	- Sérgio Cabral		PFL	- Jorge Bornhausen
	MARANHÃO		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza		PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão			ALAGOAS
PFL	- Roseana Sarney		PT	- Heloísa Helena
	PARÁ		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio		PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa			SERGIPE
PTB	- Duciomar Costa		PFL	- Renildo Santana
	PERNAMBUCO		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge		PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel			AMAZONAS
PSDB	- Sérgio Guerra		PMDB	- Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy		PDT	- Jefferson Péres
PT	- Aloizio Mercadante			PARANÁ
PFL	- Romeu Tuma		PSDB	- Olivir Gabardo
	MINAS GERAIS		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas		PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo			ACRE
PMDB	- Hélio Costa		PT	- Tião Viana
	GOIÁS		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Íris de Araújo		PT	- Sibá Machado
PFL	- Demóstenes Torres			MATO GROSSO DO SUL
PSDB	- Lúcia Vânia		PMDB	- Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Anfero Paes de Barros		PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro			DISTRITO FEDERAL
PT	- Serys Slhessarenko		PMDB	- Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL		PT	- Eurípedes Camargo
PMDB	- Pedro Simon		PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim			TOCANTINS
PTB	- Sérgio Zambiasi		PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte		PFL	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes			AMAPÁ
PSDB	- Tasso Jereissati		PMDB	- José Sarney
	PARAÍBA		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna		PTB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Morais			RONDÔNIA
PMDB	- José Maranhão		PMDB	- Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta		PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata			RORAIMA
PL	- Magno Malta		PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva		PSDB	- Romero Jucá

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em setembro de 2002

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

2 - Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - **Coordenador**
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

3 - Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

4 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - **Coordenador**
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹

Vice-Presidente: (vago) ²

Vice-Presidente: (vago)				
PMDB				
Titulares	UF		Suplentes	UF
Juvêncio da Fonseca	MS		1. Renan Caheiros	AL
(vago) ³			2. (vago) ¹²	
(vago) ⁴			3. (vago) ¹³	
João Alberto Souza	MA		4. (vago) ¹⁴	
(vago) ⁵			5. Gerson Camata ¹⁵	ES
PFL				
(vago) ⁶			1. (vago) ¹⁶	
(vago) ⁷			2. (vago) ¹⁷	
(vago) ⁸			3. Mozanildo Cavalcanti (PPS)	RR
(vago) ⁹			4. Jonas Pinheiro (PFL)	MT
Bloco (PSDB/PPB)				
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT		1. (vago) ¹⁸	
(vago) ¹⁰			2. Romero Jucá (PSDB)	RR
(vago) ¹¹			3. (vago) ¹⁹	
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS)				
Heloísa Helena (PT)	AL		1. Marina Silva (PT) ²⁰	AC
Jefferson Péres (PDT)	AM		2. (vago) ²¹	
PSB				
Roberto Saturnino (PT)	RJ		1. (vago) ²²	
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)				

Notas:

¹ Eleito Presidente em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Função ocupada pelo Senador Geraldo Althoff; não retornou.

³ Vaga ocupada pelo Senador Carlos Bezerra, não reeleito.

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Casildo Maldaner, não reeleito.

⁵ Vaga ocupada pelo Senador Nabor Júnior, não reeleito.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Geraldo Althoff; não retornou.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador Moreira Mendes, não reeleito.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador Bello Parga; não retornou.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador Waldeck Ornelas; não retornou.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Ricardo Santos, não reeleito.

¹¹ Vaga ocupada pelo Senador Benício Sampaio, não reeleito.

¹² Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

¹³ Vaga ocupada pela Senadora Mariuce Pinto, não reeleita.

¹⁴ Vaga ocupada pelo Senador Gilvam Borges, não reeleito.

¹⁵ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 3.10.2002 a 31.1.2003, conforme requerimento lido na Sessão de 9.10.2002 e aprovado na Sessão de 29.10.2002.

¹⁶ Vaga ocupada pelo Senador Carlos Patrocínio; não retornou.

¹⁷ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001.

¹⁸ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto, não reeleito.

¹⁹ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes.

²⁰ Em 1.1.2003, afastou-se do exercício do mandato para assumir o cargo de Ministra de Estado do Meio Ambiente (DSF de 3.1.2003, p. 00013).

²¹ Vaga ocupada pelo Senador Paulo Hartung, que renunciou ao mandato de Senador da República em 1.1.2003, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo. (DSF de 03.01.2003, página 00009).

²² Vaga ocupada pelo Senador Ademir Andrade, não reeleito.

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY

Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)

DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)

JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)

CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)

MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)

RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)

HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários: CAE- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)

CAS- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)

CCJ- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CFC- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

CI- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)

CRE- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 27.1.2003

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Sheessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Gilberto Mestrinho	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizado em 26/02/2003

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Iris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. (vago)
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Olivir Gabardo
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias (1)	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ Licenciado

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carcpa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Ramez Tebet
Garibaldi Alves Filho	2. João Alberto Souza
José Maranhão	3. Iris de Araújo
Juvêncio da Fonseca	4. Valmir Amaral
Luiz Otávio	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Olivir Gabardo	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 06/03/2003

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. (vago)
Valmir Amaral	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Iris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Olivir Gabardo
Teotônio Vilela Filho	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias (1)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

¹ Licenciado

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

Atualizado em 26/02/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eurípedes Camargo	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
Vago	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Marco Maciel	
PSDB	
Romero Jucá	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Observação: Há uma indicação de membro titular excedente na composição do Bloco de Apoio ao Governo.

Atualizado em 26/02/2003.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. José Jorge
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Teotônio Vilela Filho
Olivir Gabardo	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
(vago)	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Tião Viana (Cessão)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003.

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Shessarenko	3. Heloísa Helcna
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. (vago)
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Olivir Gabardo
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1996,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação: 03.12.2001

2ª Designação: 26.02.2003

Presidente:
Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Íris de Araújo
PFL
Senadora Roseana Sarney
PT
Senadora Serys Slhessarenko
PSDB
Senadora Lúcia Vânia
PDT
<i>(aguardando indicação)</i>
PTB
Senador Papaléo Paes
PSB
<i>(aguardando indicação)</i>
PL
Senador Magno Malta
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 26.2.2003

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569



EDIÇÃO DE HOJE: 46 PÁGINAS